



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS**

DÉBORA LUNA DE OLIVEIRA

**A PRESENÇA FEMININA EM PROCESSOS DE PAZ:
Os casos do Haiti, Libéria e Serra Leoa**

**Brasília –DF
2017**

DÉBORA LUNA DE OLIVEIRA

A PRESENÇA FEMININA EM PROCESSOS DE PAZ:

Os casos do Haiti, Libéria e Serra Leoa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientadora: Professor Gabriel Fonteles

**Brasília-DF
2017**

DÉBORA LUNA DE OLIVEIRA

A PRESENÇA FEMININA EM PROCESSOS DE PAZ:

Os casos do Haiti, Libéria e Serra Leoa

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília
(UniCEUB/FAJS) como pré-
requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação Lato
Sensu, na área de Relações
Internacionais.

Orientador: Gabriel Fonteles

Brasília, ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora:

Gabriel Fonteles

Professor Avaliador

Professor Examinador

DEDICATÓRIA

Este trabalho é uma homenagem à todas as mulheres que dedicaram e entregaram suas vidas a luta pela igualdade de gênero e para que tivéssemos o mundo que temos hoje e a todas as mulheres e homens que continuam dedicando suas vidas lutando diariamente para tornar este mundo mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família (em especial ao meu pai, mãe e irmão) e amigos, pela paciência e incentivo (muitas vezes silencioso), pela gentileza e compreensão durante todo o processo de escrita. Agradeço por todas as palavras tão necessárias nos momentos de dúvidas. Esse trabalho foi muito mais fácil tendo uma boa rede de apoio. Em especial, aos meus amigos Gabriel Alves, Thais Oliveira, Pedro Mendes, Guilherme Othon, Ana Júlia Tolentino, Aline Michalack pela ajuda técnica (e de TI!).

À Mariana Chrisostomo, por ter me apresentado o projeto incrível que deu início à um trabalho tão pessoalmente especial. Obrigada por incentivar o meu trabalho, por me ajudar profissionalmente e por me dar a oportunidade de trabalhar por um período com a área que amo.

À turma REL 1002 (ou o que restou dela), por ser um grupo incrível (e pequeno!) de pessoas empáticas e parceiras, que até o fim reclamaram e apoiaram uns aos outros.

E por fim, ao meu orientador Gabriel Fonteles, por ter se tornado um amigo (e as vezes psicólogo) durante todo esse processo que nem sempre foi fácil. Ser um profissional incrível foi essencial para que eu fizesse um trabalho da qual me orgulho. Métodos bem elaborados e o cuidado de acompanhar todo o processo de escrita me ajudaram e demonstraram o que comprometimento significa. Você se tornou um exemplo, enquanto profissional e pessoa.

*War is not about sound at
all. It is actually about silence,
the silence of humanity*

(Zainab Salbi. 2010)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta a atuação feminina nas missões de paz da ONU em países como Haiti, Libéria e Serra Leoa analisando as alterações ocorridas com essa atuação além de observar as ações da sociedade civil. A corrente teórica feminista é utilizada para explicar essas mudanças, além da análise documental de documentos da ONU, artigos científicos e livros. É possível notar uma mudança no resultado das missões de paz em que houve forte atuação das mulheres, com a participação da mulher enquanto negociadora e agente de promoção da paz (mudando o foco antes direcionado a mulher enquanto vítima) e o fortalecimento das discussões de paz, mulher e segurança no ambiente internacional.

Palavras-chave:

Missão de paz, Atuação de mulheres, Sociedade Civil, Haiti, Serra Leoa, Libéria, Feminismo

ABSTRACT

The present research presents the feminine performance in the UN peace missions in countries like Haiti, Liberia and Sierra Leone, analyzing the changes that have occurred with this action besides observing the actions of the civil society. The feminist theoretical current is used to explain these changes, in addition to documentary analysis of UN documents, scientific articles and books. It is possible to note a change in the outcome of the peace missions where women have a strong performance, with the participation of women as negotiators and peace promoters (shifting focus from women as victims) and strengthening of peace talks , women and safety in the international environment.

KEY WORDS:

Peacekeeping missions, Feminine performance, Civilian Society, Haiti, Liberia, Sierra Leone, Feminism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TEORIAS FEMINISTAS	13
1.1 AS VERTENTES FEMINISTAS.....	13
1.2 FEMINISMO E SEGURANÇA INTERNACIONAL	17
2. ATUAÇÃO FEMININA NAS MISSÕES DE PAZ	22
2.1 MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE RESOLUÇÕES PÓS-RESOLUÇÃO 1325.....	27
2.2 O CASO DA SERRA LEOA	27
2.3 O CASO DA LIBÉRIA	29
2.3.1 A MULHER ENQUANTO AGENTE ESTATAL E/OU PARTICIPANTE FORMAL DA MISSÃO DE PAZ E RECONSTRUÇÃO.....	30
2.3.2 A ATUAÇÃO FEMINISTA DA SOCIEDADE CIVIL.....	32
2.4 O CASO DO HAITI.....	34
2.5 MANO RIVER WOMEN'S PEACE NETWORK (MARWOPNET).....	36
2.6 O CASO DA SÍRIA.....	37
3. ALTERAÇÃO NAS MISSÕES DE PAZ	40
3.1 MUDANÇA NA AGENDA INTERNACIONAL	40
3.2 MUDANÇAS NA AGENDA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS (E SOCIEDADE CIVIL EM GERAL).....	41
3.3 MUDANÇAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PAÍSES RECEPTORES DE MISSÃO DE PAZ	45
3.3.1 SERRA LEOA:	45
3.3.2 LIBÉRIA	46
3.3.3 HAITI	47
3.4 AVALIAÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS	49
3.4.1 HAITI	50
3.4.2 LIBÉRIA	52
3.4.3 SERRA LEOA.....	54
3.5 CASOS DE ESTUDO À LUZ DA TEORIA FEMINISTA	55
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Em julho de 2010 durante palestra Ted Talk, Zainab Salbi– humanitária iraquiana, fundadora da organização internacional Women for Women International – levantou uma discussão sobre o papel das mulheres na guerra. Em discurso baseado em “pessoas reais, com nomes e histórias”, Salbi questiona a visão de frente de batalha das guerras.

Só vimos um lado da guerra. Nós só estamos discutindo e preocupados com números relacionados às tropas, os prazos de retirada, quando devemos examinar os detalhes de onde o tecido social foi mais rasgado, onde a comunidade improvisou e sobreviveu [...] Há dois lados da guerra. Há um lado que luta, e há um lado que mantém as escolas e as fábricas e os hospitais abertos. Há um lado que está focado em ganhar batalhas, e há um lado que está focado em ganhar a vida. Há um lado que lidera a discussão de primeira linha, e há um lado que lidera a discussão de ‘back-line’. Há um lado que pensa que a paz é o fim da luta, e há um lado que pensa que a paz é a chegada de escolas e empregos. Há um lado que é conduzido por homens, e há um lado que é conduzido por mulheres. E para que possamos entender como construímos uma paz duradoura, devemos entender a guerra e a paz de ambos os lados. (SALBI, 2010. Tradução livre)

Salbi levanta pontos essenciais para a discussão sobre papéis de gênero e a forma como a guerra é enxergada. As preocupações estatais – em sua maioria – giram em torno de contingentes militares, custos e o mínimo de perda possível. Quanto a negociações de paz, os entes envolvidos são majoritariamente estatais e quanto a sociedade civil as ONGs também são envolvidas – mas raramente de maneira específica as mulheres.

Precisamos entender que não podemos realmente ter negociações de fim de guerras ou da paz sem incluir plenamente as mulheres na mesa de negociações. Acho incrível que o único grupo de pessoas que não estão lutando e não matando e não saqueando e não queimando e não estuprando, e o grupo de pessoas que são na maior parte - embora não exclusivamente - que estão mantendo a vida em plena guerra, não estão incluídas na mesa de negociações. E eu argumento que as mulheres lideram a discussão de back-line, mas também há homens que são excluídos dessa discussão. Os médicos que não lutam, os artistas, os estudantes, os homens que se recusam a pegar as armas, também são excluídos das mesas de negociação. Não podemos falar de uma paz duradoura, da construção de uma democracia, de economias sustentáveis, de qualquer tipo de estabilidades, se não incluirmos plenamente as mulheres na mesa de negociações. Não uma, mas 50 por cento. (SALBI, 2010. Tradução livre)

Esse argumento já é amplamente apoiado pela ONU em especial após a aprovação da Resolução 1325 no dia 31 de outubro de 2000. O objetivo da resolução é proteger os direitos de mulheres e meninas durante os conflitos armados, combater a

impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção de paz e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, como prevenção, durante e após conflitos armado. A resolução também clama aos Estados pela inclusão de mulheres nos processos de decisão e negociação em âmbito nacional, regional e internacional, além de versar sobre a necessidade de proteção dos direitos das mulheres de forma política.

A resolução é aprovada após longa discussão e documentos internacionais, como a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993), além da posterior aprovação das resoluções: 1820 (2008) que reconhece a violência sexual relacionadas ao conflito como tática de guerra e pede o treinamento de tropas para prevenir e responder à violência sexual; resolução 1888 (2009) que fortalece a implementação da resolução 1820, apelando à lideranças para abordar a violência sexual relacionada à conflitos, o envio de equipes (especialistas militares e de gênero) para áreas críticas de conflito e melhor monitoramento e relatórios sobre perpetradores; resolução 1889 (2009) que aborda os obstáculos à participação das mulheres nos processos de paz e apela ao desenvolvimento de indicadores globais para acompanhar a implementação da Resolução 1325 e o melhoramento das respostas internacionais e nacionais às necessidades das mulheres em situações de conflito e pós conflito e a resolução 1960 (2010) que apela ao fim da violência sexual em conflitos armados, especialmente contra mulheres e meninas e fornece medidas para acabar com a impunidade dos perpetradores de violência sexual inclusive através de sanções.

Como afirmado pelo Embaixador Anwarul K. Chowdhury, presidente do Conselho de Segurança em março de 2000 quando a resolução foi aprovada, a aprovação da resolução formalmente trazia à atenção global “a contribuição não reconhecida, subutilizada e subestimada que as mulheres têm feito para prevenir a guerra, construir a paz”. (CHOWDHURY, 2017)

Esse contexto abre espaço para novas discussões no feminismo, em teorias de relações internacionais, nas áreas acadêmicas e governamentais. Este trabalho discutirá essa temática, sendo dividido em três capítulos: o primeiro fará um apanhado das diferentes correntes teóricas feministas e a leitura da segurança internacional de um ponto de vista feminista. A visão teórica feminista e de gênero parece ser a mais

apropriada para entender esse novo panorama internacional. O segundo capítulo fará um levantamento de missões de paz com forte atuação de mulheres: o caso de Serra Leoa, da Libéria, (incluindo a atuação da mulher enquanto representante do Estado e como atuante da sociedade civil), Haiti, a atuação da Mano River's Network, e da Síria. O terceiro capítulo analisará a existência de alterações nos resultados das missões de paz com a participação feminina.

Este estudo é uma tentativa de compreender os impactos gerados pela atuação de mulheres em missões de paz tanto nas frentes de batalha quanto nas discussões feministas internacionais e acadêmicas no campo de Relações Internacionais. Não existem muitos trabalhos sobre o tema de inclusão das mulheres em missões de paz, que tem se mostrado transversal – para ser completamente entendido utiliza diversos sub tópicos das Relações Internacionais (como antropologia, sociologia, Direito Internacional, Direitos Humanos, Sociedade Civil). O Brasil tem demonstrado interesse no tema, após se comprometer a criar um Plano de Ação Nacional requerido pela Resolução 1325.

A perspectiva de gênero nas missões de paz da ONU incentivada pelo órgão máximo do sistema internacional é essencial para a adoção da discussão de gênero em todos os outros órgãos da ONU, dentro dos Estados além de maior participação da sociedade civil nesses processos, gerando uma mudança real e significativa na comunidade internacional.

Quanto à metodologia utilizada nesta pesquisa, essa será qualitativa, de natureza básica, com pesquisas com objetivo de gerar conhecimento e debate sobre a promoção e inclusão de gênero nas missões de paz da ONU; o problema será abordado descrevendo as mudanças ocorridas nas missões de paz após a inserção de mulheres, de maneira explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será de cunho bibliográfico, com a base material de análise constituída de livros, artigos científicos e documentos da ONU sobre o tema.

1. TEORIAS FEMINISTAS

1.1 AS VERTENTES FEMINISTAS

O debate feminista nas Relações Internacionais se iniciou nos anos 80 e 90, com o esgotamento e questionamento do debate clássico entre idealismo e realismo dando início ao chamado Terceiro Debate. Essas novas discussões descentralizavam as relações internacionais do Estado e levavam em consideração novos atores e novos pontos de vista.

O feminismo em Relações Internacionais nasce de um encontro entre os Estudos de Gênero e os estudos clássicos de Relações Internacionais, e tem o cerne de sua discussão na neutralidade ou não da disciplina. Pairando entre as teorias Pós-Positivistas e construtivistas que levantam questões sobre a construção social da política internacional, identidades estatais, o impacto dessas identidades nas tomadas de decisões, e até a importância que os discursos de homens de Estado possuem na realidade, o feminismo faz releituras de boa parte dessas teorias, criticando a construção teórica da disciplina e focando em assuntos até então considerados secundários. O discurso feminista ganha força nesse campo de estudos após as duas guerras mundiais e a Guerra Fria, eventos mundiais que as teorias clássicas não mais conseguiam explicar. (MONTE, 2013)

Partes desses novos estudos são encabeçadas por feministas como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, que direcionam suas análises para os elementos na política internacional que dicotomizam o masculino e o feminino, influenciando as normas, estruturas e instituições e servindo como base para interpretar a realidade e guiar os comportamentos estatais e individuais. Essa análise deixa de focalizar na construção social de gênero – área de estudo que mais se aproxima da antropologia e da sociologia – e se direciona a construção política de gênero. A hierarquização dos gêneros associa características positivas e valorização superior às atividades exercidas por homens, colocando a mulher e todas as características consideradas femininas em posição inferior. (MONTE, 2013). Essa construção é política, pois distribui o poder e recursos privilegiando atividades desenvolvidas por homens. A exclusão tradicional da mulher de assuntos de política internacional estaria então ligada à construção dessa esfera como de alto prestígio e como uma esfera tipicamente masculina. (MONTE, 2013)

As abordagens feministas ganham forças com os movimentos sociais dos anos 80. As primeiras discussões feministas em Relações Internacionais eram as do chamado Feminismo Liberal que tinha como principal preocupação a inclusão da mulher nas relações internacionais com as garantias e igualdade de direitos civis e políticos – tão importantes para o liberalismo político. Ao questionar a posição da mulher na política, as feministas liberais questionavam a não inclusão da mulher em espaços tradicionais da política internacional – como diplomatas, chefes de Estado ou os cargos mais altos das Forças Armadas – e a afirmação de que, os lugares que a mulher ocupava era tornado invisível politicamente. (WHITWORTH, 1994). Outra bandeira da visão liberal é o acesso à educação. Feministas liberais consideram as barreiras legais do Estado como a forma mais opressora, já que não garante as liberdades individuais das mulheres. Ao resolver esse problema, haveria a reversão da desigualdade e hierarquia. Mary Wollstonecraft em sua obra “A Vindication of the Rights of Woman”, publicada em 1792 reivindicava a extensão dos direitos políticos às mulheres. Betty Friedan também foi importante expoente dessa vertente. Em seu livro *Mística Feminina*, publicado em 1963, Betty questionava o lugar da mulher na sociedade americana. Com grande adesão de mulheres ao redor dos Estados Unidos, uma Conferência Nacional é fundada a partir dali, onde se constituiu a Organização Nacional de Mulheres, (conhecida como NOW). (DUARTE, 2006)

Entre os princípios da NOW estava a denúncia das ideias sexistas de nossa sociedade, seus costumes e preconceitos, e do consumismo que convertia as mulheres em objetos. Como objetivo as feministas dessa organização colocavam a obtenção da igualdade para as mulheres na sociedade cujas estruturas elas não questionavam. As mulheres, segundo a NOW, predicavam a necessidade de auto realização e de busca de identidade individual. (DUARTE, 2006)

“É uma perspectiva que espera conseguir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres através da alteração da legislação discriminatória e da criação de oportunidades iguais para mulheres e homens no acesso à educação.” (CASIMIRO, 2014) A iniciativa fortaleceu as discussões internacionais direcionadas a igualdade entre homens e mulheres no âmbito trabalhista.

As feministas radicais discordam diretamente das liberais: em sua visão, a opressão do patriarcado é muito mais profunda e vai muito além de barreiras legais, já que existe controle ideológico para inferiorizar a mulher. O feminismo radical defende a

superioridade cultural dos valores femininos. Essa valorização traria uma mudança com grande potencial à sociedade. “Elas argumentam em favor das ‘formas femininas de conhecer’. Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer têm procurado construir uma visão de mundo baseada em relações e conexões”. (TICKNER, 2001, p. 14.) Os principais pressupostos teóricos dessa corrente são fornecidos por Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone na obra “Dialética do sexo”, de 1970 e Kate Millet na obra “Política Sexual” de 1971.

Este movimento considera ainda o patriarcado como uma fonte de opressão mais importante que o capitalismo, estando centrado na política sexual e no sistema de poder interpessoal, através do qual o homem individual domina a mulher individual. Considera também a sexualidade como fonte de opressão da mulher, e as categorias de raça e de classe social como factores de subordinação. Reconhece igualmente a sexualidade como um aspecto central da opressão da mulher, falando de assuntos que envolvem o controlo do corpo das mulheres, como é o caso da reprodução, heterossexualidade e violência sexual. Neste sentido ele coloca em questão os valores culturais, sociais e políticos da sociedade, considerando que o pessoal é também político. Propõe também a organização de grupos de autoconsciência, de comunidade de mulheres, e o igualitarismo dentro destas organizações. (CASIMIRO, 2014)

Em um livro publicado em 1974, “Woman Hating” a autora expoente do Feminismo Radical, Andrea Dworkin, faz uma ampla análise sobre todas as áreas de conhecimento e criação de cultura humana, desde os contos de fadas até os mitos e religiões que moldam as crenças atuais para provar que todas elas refletem o ódio pela mulher. Além de uma análise cultural, Dworkin faz uma análise histórica focando em dois acontecimentos históricos que a autora considera casos de genocídio do gênero feminino: a Caça às Bruxas na Europa e o ligamento de pés na China.

Eu isolei, particularmente, o ligamento de pés na China e a perseguição às bruxas, pois eles são crimes em igual puro terror e sadismo da exterminação de americanos nativos e o massacre de judeus por Hitler. Esses dois horrendos massacres encontraram um lugar, mais tênue na consciência de homens. Atos de genocídio contra mulheres raramente são noticiados, e eles nunca evocaram raiva ou horror ou tristeza. O ódio sexista se equivale ao ódio racista em sua intensidade, irracionalidade e desprezo pela santidade da vida humana como esses dois exemplos claramente o demonstram. (Dworkin, 1974)

Outra interpretação das Relações Internacionais é a feminista socialista que tem como principais teóricas e defensoras Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Nessa visão, a principal fonte de poder do homem sobre a mulher é o

controle sobre o trabalho feminino, principalmente reprodutivo. Para se libertar desse sistema, a mulher precisaria da sua emancipação econômica e do fim da dependência do sistema capitalista. Isabel Casimiro (2014) descreve a tentativa de reafirmar o local da mulher enquanto reprodutora e dona de casa:

[...] em meados do século XX e, apesar dos avanços em termos da legislação e da extensão do direito de voto às mulheres, o discurso social continuava a ser dominado por uma concepção instrumental da mulher. Este foi um discurso que também dominou a situação da mulher na antiga União Soviética, sobretudo, a partir da aprovação do Código da Família de 1930. Apesar dos discursos igualitários, conseguidos com a Revolução de Outubro e com a luta das mulheres, encorajava-se o retorno aos papéis tradicionais masculinos e femininos, o que significava a manutenção do trabalho invisível da mulher a nível doméstico. Legalmente, nada impedia que as mulheres acessem à independência econômica, a um emprego assalariado, à educação, à participação na vida política.

Feministas socialistas fazem parte do grupo chamado de “ponto de vista”: a percepção da realidade dependerá dos privilégios materiais. O desprivilegio da mulher faz com que ela tenha visão mais objetiva.

A posição subordinada das mulheres significa que essas, ao contrário dos homens (ou de alguns homens), não possuem interesse na mistificação da realidade a fim de reforçar o *status quo*; logo, há maior probabilidade que elas desenvolvam um entendimento mais claro, menos enviesado, do mundo. (TICKNER, 2001)

Na argumentação pós-modernista, a mulher não deve ser reduzida ao seu gênero, já que essa corrente histórica entende que o gênero é uma construção histórica e social que não deveriam ser determinantes na capacidade individual dos indivíduos.

Em certo sentido, não existem ‘homens’ e ‘mulheres’ no mundo – não há um ‘gênero’ – mas apenas indivíduos, mulheres e homens construídos por lutas históricas particulares sobre as quais raça, classe, sexualidade, culturas, grupos religiosos e assim por diante vão incidir no acesso a recursos e poder. (HARDING apud PETERSON e RUNYAN, 1999)

Essa categoria de análise e pensamento rejeita a redução da mulher e gênero a uma categoria universal única. Definições da mulher como universal tem caráter mítico, para Harding, e é resultado de uma experiência de mulheres, brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, e ao tentar analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher encontra-se o limite de todo o estudo teórico feminista feito até então.

As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. As feministas teóricas também procedem dessas mesmas camadas sociais- não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir. (HARDING, 1993).

As teóricas feministas pós-modernistas abrem caminho então para discussões do Feminismo pós-colonialista ou de Terceiro Mundo, que defende o argumento de que as mulheres do Terceiro Mundo sofrem um tipo específico de opressão por causa da relação entre o racismo, imperialismo e colonialismo. Essa corrente compartilha de muitos elementos de estudos gerais pós-coloniais, mas também os revisa e os especifica. Entre suas expoentes estão Bell Hooks, Alexander Jacqui, Jamaica Kincaid e Chadra Mohanty.

Uma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio de representação. Exige também um letramento crítico geral, isto é, a capacidade de ler o mundo (especificamente, nesse contexto, as relações de gênero) com um olhar crítico. (BAHRI, 2013)

Em países periféricos ou de Terceiro Mundo os Direitos Humanos não faziam parte de seu dia-a-dia. As mulheres desses países chamavam então a atenção para as necessidades específicas que tinham algumas diferenças do feminismo apresentado pelo pelos países do Norte Ocidental. Desse movimento fazia parte, ainda, as mulheres negras e indígenas. (CASIMIRO, 2014)

1.2 FEMINISMO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

As discussões sobre segurança é um discurso de homens, sobre homens e a proteção desses (NOGUEIRA e MESSARI, 2005), hierarquizando ainda mais os gêneros. O que significa dizer que, dentro dos campos de atuação em relações internacionais, a área de segurança é ainda mais exclusiva para homens. Isso, segundo Tickner, acontece porque as mulheres raramente lidam com temas de segurança internacional, pois se construiu a ideia de que homens tem mais afinidade com o tema, enquanto mulheres lidam com a política doméstica. Algumas características são sempre conectadas ao masculino, como razão, prudência e racionalidade, e outras ao feminino,

como emoção e irracionalidade. A objetividade é sempre associada ao homem político. (TICKNER, 1988). Os homens são tanto sujeitos como narradores da guerra, enquanto as mulheres são aconselhadas a permanecerem em seu mundo privado; dessa forma, seu estatuto de pessoa que precisa de proteção se torna a razão para as guerras dos homens (SYLVESTER, 2004).

Nesse contexto de mudança da forma de pensar Relações Internacionais e todos os questionamentos a partir dali levantados, simultaneamente a agenda política internacional é também questionada. As ONGs e movimentos organizados da sociedade passam a ter mais força e capacidade de influenciar as discussões dos órgãos internacionais. Nesse ambiente, no ano de 2000 é aprovada a Resolução 1325 no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Paz, Mulher e Segurança, com o objetivo de proteger os direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado, sendo a primeira discussão formal em órgãos internacionais sobre a mulher. A aprovação dessa Resolução teve coordenação da Liga Internacional da Mulher pela Paz e Liberdade (WILPF), uma Organização Não Governamental Internacional que data desde 1915. A ONGI criou o programa PeaceWomen, que possui três pilares de trabalho: Accountability, Participação inclusiva e Prevenção de Conflito.

Com a aprovação unânime da Resolução, os Estados se comprometeram a criar Planos Nacionais de Ação, que devem: incluir ou fazer referência a todos os pontos básicos (artigos ou partes de artigos) da Resolução 1325 que se aplicam aos Estados-membros durante a elaboração do conteúdo dos planos nacionais de ação; identificar detalhes do período de preparação e da data de promulgação, identificar os agentes da execução, definir as dotações financeiras e estabelecer prioridades; ser longo o suficiente para ser tão específico quanto possível; especificar as meninas, assim como as mulheres, ao longo do plano; informar os prazos de execução; especificar os processos de publicidade, execução, monitoramento, avaliação e *feedback*; definir os níveis de atividades (por exemplo: local, nacional, internacional); e indicar de que forma as ONGs e o grande público vão estar envolvidos no desenvolvimento, execução e avaliação dos planos. (FRITZ, 2010).

Esse foi um passo importante para a causa feminista, já que é um reconhecimento formal da importância da mulher nas negociações internacionais e a introdução do tema na agenda internacional e conforme afirmado por Rebelo

[...] se as missões de paz são os instrumentos legítimos no campo da paz e segurança, concebidos com o aval da comunidade internacional, elas também são um veículo importante para transmitir a mensagem de participação igualitária de homens e mulheres. Ao associar 'questões de gênero' com 'processos de paz', as Nações Unidas abrem precedente inédito no histórico das operações de paz. (2012).

Mas alguns autores (FRITZ, 2010. REBELO, 2013) acreditam que esse deve ser considerado um pontapé inicial, já que não teve o impacto almejado. Muitos problemas ainda podem ser notados.

O Conselho (de segurança) não estabeleceu um padrão muito alto. De 2000 a 2006, a RCSNU 1325 foi mencionada em apenas 25,52 por cento das resoluções dirigidas a países específicos (69 de 239). Desde a aprovação da resolução, as entidades internacionais (ONU, União Europeia, e outros) têm feito muito pouco para promover a participação das mulheres em processos de mediação. Um estudo de 2005 relatou que, de todas as missões de paz em andamento ou recentemente concluídas, até aquele momento, incluindo as missões no Sudão e em Aceh, na Indonésia, somente o caso da Uganda foi mediado por uma mulher, Betty Bigombe. Já em 2007 ela não estava mais diretamente envolvida.... As mulheres continuam ausentes como mediadoras, e até mesmo como representantes das Nações Unidas, na maioria dos países atingidos pela guerra... A resolução 1325 está fazendo progresso..., no entanto, as mulheres, principalmente aquelas que vivem em zonas de conflitos, ativistas ou não, raramente podem ver, tocar ou sentir este progresso. (ARDELINI, 2007).

Esses dados demonstram que, para além do âmbito de segurança internacional as missões de paz é um campo ainda mais exclusivamente masculino: ainda que exista um esforço internacional e o reconhecimento da mulher como parte importante do processo de reconstrução da paz e negociação, ela continua excluída desse processo. Isso mostra a desigualdade das relações de poder entre os gêneros. O não lugar da mulher é definido a partir de características atribuídas a ela: fraca, ingênua, incapaz e até mesmo antipatriótica, em oposição ao homem: forte, poderoso, autônomo e racional. (TICKNER, 1992). Parte daqui a argumentação de Tickner de que as mudanças substanciais nas Relações Internacionais acontecem ao se questionar o não lugar das mulheres. Questionar sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar relações de desigualdade e

opressão entre gêneros na política internacional. Leituras feministas das Relações Internacionais além de verificarem as causas e consequências da baixa presença de mulheres nos espaços onde as relações internacionais acontecem, questionam a representação dos gêneros, os estereótipos sobre masculinidade e feminilidade e como influenciam e se relacionam à condução da política mundial. (SOUZA, 2014)

De forma similar, Cynthia Enloe (1990) discute o papel da mulher na política internacional contemporânea, destacando a importância da mulher e das suas experiências, seja como política, mãe ou trabalhadora. Ela salienta a capacidade de reconhecimento do setor informal de trabalho que a mulher possui, além da autodeterminação da mulher como ponto chave para o funcionamento do sistema mundial, que em sua opinião é frágil e muito mais aberto a mudanças do que imaginamos. (Enloe, 1990) Ela também exemplifica como a imagem feminina foi utilizada para remodelar as relações internacionais, como no caso de Carmen Miranda, que teve sua imagem usada por Hollywood nos anos 30 como peça-chave da política de boa-vizinhança entre os Estados Unidos e a América Latina (que a autora salienta ser uma imagem sexualizada), modificando o lugar de fala e tornando a mulher um agente ativo das relações internacionais. Esse lugar de fala, de acordo com a própria Enloe (1996) é inexistente, já que devido à um delicado arranjo de poder, algumas parcelas da população são constantemente silenciadas e marginalizadas. O poder visto dessa maneira é considerado tão natural e inquestionável, que os estudiosos de relações internacionais internalizaram a ideia de que as mulheres não fazem parte do fórum internacional e tem pouco ou nada a contribuir. O lugar de fala seria essencial para mudar essa configuração, tirando a mulher desses “degraus de baixo”, trazendo-a para o centro. Para que um tenha poder, outro precisou ser silenciado e colocado nas margens desse círculo. E por mais que esse seja considerado um problema que em nada toca os assuntos internacionais, observar os Estados dessa maneira é também observar o quão frágil eles são: uma estrutura de poder baseada no silêncio de uns, pode ser ruída a qualquer momento. E isso é, por consequência, uma instabilidade do próprio sistema internacional. Como exemplo, Enloe cita o desenvolvimento rápido da Coreia do Sul, baseado na exploração do trabalho barato de mulheres por multinacionais americanas, que deixavam a gerência e a supervisão para homens sul-coreanos. Até que essas mulheres criaram sindicatos e uniões, indo até a cúpula internacional para fazer

denúncias, minando todo esse delicado sistema implantado. Esse movimento sul-coreano se tornou a vocalização dessas mulheres, tirando-as do lugar de margem.

No campo de Segurança Internacional, Elshtain (1987) tem opinião similar quanto ao papel da mulher.

O homem construído como violento, seja ansioso e inevitavelmente, ou relutante e tragicamente; a mulher como não violenta, oferecendo socorro e compaixão: esses tropos sobre as identidades sociais de homens e mulheres, passado e presente, não denotam o que os homens e as mulheres realmente são em tempos de guerra, mas, em vez disso, funcionam para recriar e assegurar o lugar da mulher como não combatente e do homem como guerreiro.

REBELO (2012) acredita que as representações da mulher na guerra e nas forças armadas são importantes por conta da conexão existente entre guerra, masculinidade e Estado moderno. Para uma mudança significativa tanto no campo de estudos de Relações Internacionais quanto no campo de atuação, a argumentação de Rebelo faz sentido, especialmente se fizermos uma leitura da realidade pela ótica Realista, que tem como principal objeto a guerra e a paz. Ter a mulher participando do nível mais masculinizado e elitizado das relações internacionais traria uma mudança significativa à hierarquia de gênero. TICKNER (1988) afirma que a política internacional é um mundo masculino, um mundo de poder e conflito e onde a atividade da guerra é privilegiada. Tradicionalmente, em sua opinião, a diplomacia, serviços militares e a ciência da política internacional são espaços majoritariamente masculinos. E as mulheres cientistas políticas que fazem Relações Internacionais tendem a focar em áreas como Política Econômica Internacional, relações Norte-Sul e assuntos de justiça distributiva.

O serviço militar é em grande parte uma confirmação dessa disparidade entre o papel da mulher e o do homem no campo internacional. Como Tickner afirma em vários de seus trabalhos, o alistamento militar e a atividade da guerra constantemente separa homens de mulheres. Os homens são socializados desde muito cedo para exercer o papel de soldado e a obrigatoriedade do serviço militar para o homem é a prova disso. Nos treinamentos militares todas as características conectadas ao papel que o homem deve desempenhar são ampliadas e exageradas. A masculinidade é invocada em treinos militares, que associam os comportamentos negativos dos recrutas às características femininas.

Com esse panorama sobre a construção social de gêneros apresentado, é natural que se considere e exista o esforço de aproveitar qualquer detalhe positivo sobre a posição da mulher no sistema internacional. TICKNER (1988) acredita que a mulher, por seu papel socialmente construído, precisa usar da sua persuasão, assim como os pequenos Estados, utilizando a cooperação para diminuir seu grau de vulnerabilidade em relação ao homem. Por ser excluída das discussões de segurança internacional, também se preocupa mais com o desenvolvimento humano e outros assuntos não relacionados ao poder. No entanto, Tickner salienta que essa não é uma preferência natural de todas as mulheres. É apenas a maneira de lidar com o lugar que lhe é conferido. Ela também argumenta que a mulher tem bastante a oferecer principalmente em termos de negociação, já que o approach político de homens e mulheres é completamente diferente em função da posição que lhes foi designada e a maneira que ambos historicamente lidam com os problemas, um sendo dominador e outro dominado.

2. ATUAÇÃO FEMININA NAS MISSÕES DE PAZ

A mudança da agenda internacional após a aprovação da Resolução 1325 provocou mudanças nas discussões da Sociedade Civil, acendendo o debate sobre a relação entre a mulher e a guerra e colocando este tema nas pautas de discussões feministas. Em 2015, o ano em que se comemorava os 15 anos da aprovação da resolução, a Liga Internacional das Mulheres Pela Paz e Liberdade (WILPF) formou uma rede de Estudos Globais em conjunto com a ONU Mulheres durante o mês de outubro para implementar uma política internacional feminista, com ações locais para a transformação e mudanças reais.

Alguns dos temas retratados durante esse período foram: 1) Política Internacional Feminista: a política internacional deveria visar a participação de mulheres, sua proteção e seus direitos garantidos ao invés de visar a economia e os assuntos relacionados à guerra; 2) Ação Local: as ações devem ser orientadas em direção ao reconhecimento e fortalecimento da voz de mulheres defensoras dos direitos humanos e ativistas num nível local; 3) Deslocar o Foco Para Reconhecer o Peacebuilding Feminista: os approaches militares para a construção da paz tem falhado constantemente. Contudo, homens e mulheres com approaches não violentos têm tido bastante eficácia no processo de construção da paz. É necessária a mudança de olhar das Nações Unidas e governos para líderes locais pacíficos que são agentes chaves de mudança; e 4) Tornar Comprometimentos Ações: ainda gastamos trilhões de dólares na guerra e pouco na paz. É o momento de financiar a igualdade de gênero e a paz para tornar os comprometimentos ações. (WILPF, 2015)

A visão da WILPF traz uma importante mudança à forma como as atividades de guerra e a política internacional é vista: aqui, o local é essencial para a construção da paz e a sociedade civil tem tido mais eficácia em atingir objetivos pacíficos do que atividades militares. A mulher também é vista não como uma vítima e protegida – apesar do reconhecimento dessa necessidade e do reconhecimento da maior vulnerabilidade – mas como uma agente real de mudanças.

Além disso, essas redes internacionais de mulheres que se formam para discutir os temas relacionados à guerra problematizam diversos outros grupos minoritários que são comumente esquecidos nas resoluções e mandatos de missões de paz: refugiados, deslocados internos e toda a configuração pós-conflito. A necessidade da inclusão da sociedade civil durante os relatórios, e da troca formal e informal de relatórios entre os grupos de trabalho do Conselho de Segurança e ONGs para que todos os problemas

sofridos durante os períodos de guerra e durante a construção e manutenção da paz sejam reconhecidos e considerados.

A saída encontrada até o momento foi a inclusão informal dessas ativistas. Como exemplos, temos a Arria Formula, (PEACEWOMEN, 2002) iniciativa da Embaixadora Venezuelana Arria, que em 1993 convidou membros presentes nas discussões do Conselho de Segurança para ouvir o ponto de vista de um padre sobre o conflito da Bósnia. A conversa informal aconteceu no próprio lounge dos delegados durante uma pausa para o café. A partir de 1999 a Arria Formula passa a ser usada regularmente para fornecer experiência e testemunho sobre questões temáticas discutidas pelo Conselho, em um fórum fora da sala do Conselho, estritamente off-the-record e não oficial (UNITED NATIONS, 2012). A Fórmula Arria tornou-se uma forma eficaz de mulheres expressarem suas preocupações, partilhar as suas experiências e sensibilizar para a necessidade de ter mulheres incluídas em todas as instâncias de tomada de decisão.

Desde 2000, quando membros do CS se encontraram com mulheres de zonas de conflito de "maneira Arria Formula", tem sido em ocasiões diferentes como um meio para que as mulheres informem o CS em questões de paz e segurança internacional. Em reuniões fechadas, mulheres da África do Sul, Serra Leoa, Somália e Guatemala apresentaram experiências concretas de mulheres, adolescentes e crianças em conflitos armados. Elas levantaram questões de movimentos grassroots de mulheres comprometidas com prevenção e solução de conflitos. Em outubro de 2001, a segunda reunião Arria Formula aconteceu entre delegados do CS e ONG's de mulheres na sede da ONU em Nova York. Mulheres do Timor Leste, Afeganistão e Kosovo/República Federal da Jugoslavia se encontraram com membros do CS para descrever suas experiências de guerra.

A criação dessa formula permitiu o dialogo direto com o Conselho. É um modo de entrar em contato direto com os tomadores de decisões e relatar todas as dificuldades, podendo assim influenciar futuros relatórios. É a única ocasião em que as ONG's podem interagir diretamente com o Conselho de Segurança como um todo, explicitando compromissos não cumpridos. É uma maneira de expandir o pensamento do CS além dos limites tradicionais.

Em nota informal preparada pelo Secretariado (SECURITY COUNCIL, 2002) em Outubro de 2002, o formato foi descrito como

Encontros muito informais, confidenciais que permitam aos membros do Conselho de Segurança ter um intercâmbio franco e privado de pontos de

vista, dentro de um quadro processual flexível, com pessoas a quem o membro convidado ou membros do Conselho (que também atuam como facilitadores ou convocadores) acreditam que seria benéfico ouvir e / ou a quem eles podem querer transmitir uma mensagem. Eles fornecem aos membros interessados do Conselho a oportunidade de se envolver em um diálogo direto com altos representantes de governos e organizações internacionais, em geral a pedido desse último, bem como não-estatais, em questões com as quais estão interessados e que entram no escopo da responsabilidade do Conselho de Segurança.

Existem limitações para esse modelo de diálogo, já que o diálogo direto com a sociedade civil não significa um comprometimento direto do Estado parte, e esses diálogos dependem da boa vontade dos Estados membros que estão discutindo a questão.

Os argumentos de Enloe expostos anteriormente são essenciais para compreender a dimensão da Arria Formula. Esse sistema claramente dá voz à quem antes era marginalizado, colocando-as no maior centro de poder existente, mudando o lugar de fala dessas mulheres. Ainda que não tenha grande impacto nas posteriores decisões dos Estados, o simples reconhecimento de que essas mulheres podem contribuir é o suficiente para tornar esse novo sistema um avanço e uma quebra do conservador e de tradições seculares de silenciamento de experiências consideradas desinteressantes. Até para o movimento feminista essa fórmula tem grande impacto: escolher mulheres que sofreram diretamente com guerras, ou ativistas de movimentos grassroot é um reconhecimento das experiências dessas mulheres e a deselitização de um movimento – conforme dito no feminismo radical – considerado incompleto e não-inclusivo.

Esse foi o início de uma série de mudanças no modus-operandi das Nações Unidas e órgãos internacionais. Em fevereiro de 2010 as Nações Unidas indicam a primeira representante especial para violência sexual em conflitos – posição criada como reconhecimento do aumento da advocacia política em assuntos relacionados à violência sexual em conflitos. Em outubro de 2011 Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee e Tawakkol Karman recebem de forma conjunta o Prêmio Nobel da Paz pelo esforço não violento para a proteção de mulheres e pelos direitos das mulheres e participação total no processo de construção da paz. Sirleaf foi a primeira mulher eleita democraticamente no continente africano e uma das pioneiras para os direitos das mulheres; a liberiana Gbowee liderou um poderoso movimento feminista (Women of Liberia Mass Action for Peace movement) que contribuiu para o fim da segunda guerra

civil de sua nação em 2003; Karman é uma política e jornalista do Yemen que liderou protestos pacíficos contra injustiças em seu país e advogou pela participação completa de mulheres no processo de construção da paz. Em setembro de 2013 a Comissão das Nações Unidas para Peacebuilding adota uma declaração reconhecendo que para atingir a paz sustentável, mulheres precisam ser empoderadas economicamente (UNITED NATIONS, 2013). A declaração afirma evidências dos benefícios positivos da participação direta das mulheres – incluindo menos corrupção – e adverte que leis discriminatórias contra mulheres e garotas ao acesso de oportunidade econômicas e sociais (como ser dona de terras) obstrui o peacebuilding efetivo e os esforços de recuperação pós-conflito. Em 2014 as mulheres estavam em cargos seniores em 75% dos processos de paz monitorados pela ONU, comparado com somente 36% em 2011. As conversas para resolução de conflitos na Georgia, Colômbia e Filipinas aumentaram consideravelmente a participação de mulheres como delegadas e signatárias nos processos formais. Na Colômbia, por exemplo, grupos organizados de mulheres demandaram sua representação nas negociações com o grupo rebelde FARC, e mulheres na Síria e Nepal trabalharam desde o nível grassroot para participar formalmente no fim das hostilidades. Negociações de paz influenciadas por mulheres tem maior probabilidade de chegar a um acordo e de durar (quando as mulheres estão nas mesas de negociação, a chance de que o acordo dure 15 anos sobe pelo menos 35 por cento). ¹ (UN WOMEN, 2016)

Durante o debate no Conselho de Segurança em comemoração aos 15 anos da aprovação da Resolução, os discursos dos países membros fizeram referência à assuntos importantes para a agenda de Mulher, Paz e Segurança. O assunto mais referenciado foi a “participação” estando em 43% dos discursos (47 de 110), ao falarem sobre a necessidade de inclusão das mulheres em todos os processos da paz, em lideranças e cargos políticos. Igualmente referenciada foi a necessidade de uma implementação mais compreensiva da agenda de Mulher, Paz e Segurança, mencionada 42 vezes (38%). Menos frequentemente, foram mencionados a violência sexual baseada em gênero (28%), processos de paz (26%), reconstrução e construção da paz (25%), prevenção de conflitos (24%), peacekeeping (21%), proteção (14%), direitos humanos (13%) e justiça

¹ Todas as informações contidas neste parágrafo são encontradas na timeline feita pela UN Women

(12%). As temáticas menos mencionadas foram o desarmamento (0.07%) e deslocamento e resposta humanitária (0.03%).²

2.1 MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE RESOLUÇÕES PÓS-RESOLUÇÃO 1325

Após a aprovação da Resolução 1325 (e na data que marcava os 15 anos dessa aprovação) estudos são feitos para analisarem as mudanças reais que ocorreram desde 2000. A primeira delas foi o aumento considerável no número de referências às mulheres no texto dos acordos de paz. Dos 1168 acordos de paz assinados entre Janeiro de 1990 e Janeiro de 2014, apenas 18% fazem qualquer referência a mulheres ou gênero. No entanto, antes e depois da adoção da resolução 1325, a diferença é maior. Antes de 2000, apenas 11% continha essa referência. Pós-2000, este percentual aumentou para 27%. (BELL,2015) Conforme monitorado pelo Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas utilizando os indicadores globais sobre a implementação do 1325, 50% dos acordos de paz assinados em 2014 incluiu as referências relevantes para as mulheres, paz e segurança, acima dos 22% em 2010. (UNCS, 2015)

2.2 O CASO DA SERRA LEOA

Localizada na África Ocidental, Serra Leoa é um dos dezesseis Estados membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. O conflito no país se iniciou em 1991 em uma guerra civil, alimentado por conflitos que aconteciam no país vizinho, Libéria. A guerra foi caracterizada por diversas violações dos direitos humanos e um alto nível de brutalidade. Os civis sofreram diversos ataques das forças de combate, em especial da então rebelde Frente Revolucionária Unida (RUF), o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (AFRC), soldados rebeldes (denominados "sobels"), e os grupos de milícias civis - Kamajors e Donsos. O conflito resultou em milhares de mortes, amputações de membros de pessoas, raptos, crianças-soldados, refugiados e pessoas deslocadas internamente. (USIP, 2017)

A Comissão da Verdade e Reconciliação de Serra Leoa (TRC)³ descobriu que as mulheres e meninas foram alvos específicos e submetidos a formas sistemáticas de

² [http://www.peacewomen.org/sites/default/files/WILPFOctober2015Report_FINAL\(1\).pdf](http://www.peacewomen.org/sites/default/files/WILPFOctober2015Report_FINAL(1).pdf)

violência baseada em gênero, que incluiu o estupro, escravidão sexual, casamentos forçados, gravidez indesejada, trabalho forçado e prisões. As resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000), 1820 (2008), 1886 (2009), 1888 (2009), 1889 (2009), tomadas em conjunto, são projetadas para lidar com o impacto da guerra sobre as mulheres e meninas, incluindo o reconhecimento das contribuições que mulheres podem e faz na prevenção de conflitos, resolução, transformação, construção da paz e processos de reconstrução de conflito. Atualmente, a Serra Leoa está em uma fase orientada para o desenvolvimento pós-conflito. Foram realizadas três eleições presidenciais e legislativas e duas eleições locais do Conselho para aprofundar a governança democrática. No entanto, ainda existem desafios, consequências de uma cultura de impunidade devido à quebra do Estado de direito durante a guerra. Como forma de combater as consequências da guerra, foram criados mecanismos como da Unidade de Apoio à Família na Polícia de Serra Leoa em 2000, foram promulgadas três leis de gênero em 2007 além de outras iniciativas colocadas em prática. (USIP, 2017)

Kadi Facondo, inspetora-geral adjunta – a oficial de polícia de mais alto posto de Serra Leoa –, aprendeu sobre policiamento sensível a gênero junto à Polícia das Nações Unidas designada para seu país, no rastro da guerra civil que lá eclodiu. Com a assistência das Nações Unidas, Serra Leoa estabeleceu, então, suas próprias unidades de apoio familiar para encorajar as sobreviventes de estupro, violência doméstica e outros crimes, a pedir ajuda. Agora servindo em uma missão conjunta de manutenção da paz das Nações Unidas e da União Africana em Darfur, Facondo informou a um serviço jornalístico das Nações Unidas que ela gostaria de ver mais policiamento sensível a gênero também ali. Embora o território seja vasto, disse, oficiais de gênero deveriam estar de prontidão sempre que houvesse acesso a pessoas desalojadas. Acrescentou que, tal como ocorre em Serra Leoa e na Libéria, onde ela também serviu as mulheres de Darfur afetadas por violência sexual e de gênero “sentiam-se confortáveis falando com oficiais femininas da UNPOL.” (Kollodge, 2010)

O Mandato da Comissão de Gênero da ONU também tem papel fundamental na reconstrução e estabilização de Serra Leoa. Ele encorajou esforços para engajar mulheres em vários níveis da reconstrução, criando a Consulta Nacional a Mulheres, efetivamente informando mulheres da sociedade civil e líderes sobre o papel da comissão e ajudando a criar uma agenda nacional sobre mulheres. A Comissão também ajudou a promover uma reforma judicial e legal para a conscientização de assuntos de gênero, salientando a necessidade do acesso de justiça às mulheres além de dar suporte às Unidades de Suporte à Família da polícia nacional para a percepção de crimes contra a mulher. (KLOT, 2007)

³ Visitar: <http://www.sierraleonetr.org/>

Além disso, foi criada a Open Government Initiative, que promove o diálogo entre os membros do Parlamento e conselheiros, com o intuito de melhorar o diálogo entre eles e seus eleitores, além de um treinamento judiciário em tribunal para Justice Of The Peace, violência baseada em gênero e justiça juvenil, entre outros para garantir a sensibilização entre os titulares de direitos e deveres. A OGI é baseada no livre fluxo de informação e diálogo, e reconhece que sem isso a democracia não pode prevalecer e o desenvolvimento permanece inatingível. A Open Government Initiative promove o livre fluxo de informação e participação dos cidadãos na governança através de um diálogo com o governo. A OGI é dirigida por uma mulher, Khadija Sesay. (UN WOMEN, 2014)

Pela primeira vez na história internacional (e no híbrido nacional-internacional) as mulheres ocuparam os principais cargos altos (incluindo presidente, escrivão, defensor e promotor) na Corte Especial de Serra Leoa. Constituindo um dos símbolos mais significativos quanto ao avanço das mulheres em posições de liderança na justiça internacional, essas mulheres presidiram nos anos críticos da Corte, entre 2012 e 2013. Criada para endereçar crimes sérios contra civis e peacekeepers da ONU cometidos durante a década de guerra civil do país durante os anos 90, a Corte sentenciou 10 das 13 pessoas acusadas pelo conflito em Serra Leoa pelos crimes contra a humanidade de estupro e escravidão sexual, e crimes de guerra que ultrajavam a dignidade da pessoa humana. (UN WOMEN, 2016)

2.3 O CASO DA LIBÉRIA

Localizada na África Ocidental, foi o primeiro Estado Africano a declarar sua independência, em 1847. O governo liberiano tinha certa dificuldade para mediar as relações sociais – em especial as tensões com tribos nativas. Em 1980, essa tensão culminou com a deposição e execução do então presidente William Tolbert Jr. a mando do sargento Samuel Doe, líder do Conselho de Redenção Popular – People's Redemption Council (PRC) –, eleito presidente em 1985, em um pleito que excluiu a oposição. Em 1989 minorias étnicas lideradas pela National Patriotic Front of Liberia (NPFL) se rebelaram contra as forças do governo, dando início à guerra civil (ADEBAJO apud ESTEVES, 2011).

A guerra civil na Libéria causou a morte de quase 150.000 pessoas, a maioria civis - e levou a um colapso total da lei e da ordem. Dezenas de pessoas foram deslocadas, tanto internamente como para além das fronteiras,

resultando em cerca de 850.000 refugiados nos países vizinhos. Combates começaram no final de 1989 e no início de 1990, a várias centenas de mortes já ocorreram em confrontos entre as forças governamentais e os combatentes que afirmaram ser membros de um grupo de oposição, a Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL), liderada por um oficial do governo anterior, o Sr. Charles Taylor. (UNMIL, 2017)

Essa Guerra Civil deu a base para o nascimento de um dos movimentos feministas mais bem-sucedidos. Em praticamente todos os textos que tratam sobre o feminismo e missões de paz a Libéria é citada como um caso bem-sucedido. As mulheres tiveram um papel essencial para trazer a paz à Libéria e agora são parte essencial no processo de reconstrução. (BEKOE e PARAION, 2007).

A coordenação entre diversos atores e a multidimensionalidade da abordagem sustentavam todo o leque de medidas recomendadas pelo Secretário-Geral e apropriadas pelo Conselho. Sobre esse aspecto, é interessante notar que as recomendações se basearam em estudos encomendados pelo próprio Secretário-Geral, que detalhavam as condições que a OMP encontraria na Libéria; definiam prioridades relacionadas à manutenção da paz e da estabilidade; e delineavam planos e cronogramas de ação (S/2003/875 2003). Compunham as equipes responsáveis pelos estudos funcionários das mais diversas agências da ONU e OIs – com destaque para o Banco Mundial (S/2003/875 2003). As propostas das ONGs vinculadas à assistência humanitária também foram contempladas, mediante inclusão nas propostas do CAP/CHAP de documento elaborado por elas – em parceria com agências da ONU e doadores – que continha a lista de projetos a serem desenvolvidos em “setores vitais” (S/2003/875 2003, § 40).

De acordo com as recomendações incorporadas ao mandato, a grande prioridade da Unmil seria estabilizar a situação de segurança e oferecer suporte às organizações humanitárias ali presentes. Mais especificamente, a instituição da missão deveria garantir o acesso dessas organizações à população local, criando condições para a ampliação da ajuda e para o estabelecimento, na região, das principais agências da ONU relacionadas à assistência humanitária, permitindo a plena realização dos projetos propostos de forma conjunta no CAP/CHAP de 2003 (e dos anos seguintes) para a Libéria (S/2003/875 2003). (ESTEVEZ, 2011)

Essa multidimensionalidade demandada pelas resoluções aprovadas foi importante para desafiar os estereótipos de mulheres como vítimas, já que

[o] aumento do leque de atividades consideradas essenciais para a paz desenvolvidas nas regiões sob intervenção, bem como dos recursos e profissionais especializados considerados necessários à sua implementação [...] abriu espaço para que as OMP passassem a incorporar grande número de novos atores e promover a divisão, entre eles, de uma parte do trabalho relacionado ao processo de paz. (ESTEVEZ, 2011)

2.3.1 A MULHER ENQUANTO AGENTE ESTATAL E/OU PARTICIPANTE FORMAL DA MISSÃO DE PAZ E RECONSTRUÇÃO

Quando se fala sobre o papel do Estado e da mulher como agente de mudança no caso da Libéria, se faz necessário falar, em primeiro lugar, da eleição de Ellen Johnson Sirleaf, a primeira mulher eleita no continente africano e uma figura chave para todas as outras atuações femininas no país. Considerada a “Dama de Ferro” africana, Ellen fez parte de outras administrações e viu o fracasso dessas. (COOPER, 2010) Uma de suas primeiras decisões foi incluir as mulheres na reconstrução da Libéria, colocando mulheres como chefes dos ministérios de comércio, justiça, finanças, juventude e desportos, e gênero e desenvolvimento. Cinco dos 15 superintendentes do condado eram mulheres. (DORINA e BEKOE, 2007)

Outro avanço foi a aprovação de uma lei para criar assentos no parlamento exclusivo para mulheres, jovens e pessoas com deficiências. (VOA NEWS, 2016) A Polícia Nacional também instituiu cotas em seus recrutamentos (20% das vagas). (GSSR TRAINING, 2009)

Houve ainda o estabelecimento, pelo Ministério da Justiça, de uma unidade de acionamento judicial de combate à violência sexual e de gênero, com atendimento telefônico 24 horas por dia, e um tribunal que trata exclusivamente de casos de violência de gênero e o Ministério da Saúde e Bem-Estar Social, de serviços de apoio psicossocial e comunitário, especialmente para sobreviventes de violência sexual e de gênero. (DEVI, 2010)

A implantação da Unidade Policial Feminina vinda da Índia também é um grande avanço (UNITED NATIONS NEWS, 2016) e a Nigéria também pretende enviar uma unidade totalmente integrada por mulheres para a Libéria.

As mulheres em uniformes da polícia ou militares transmitem à população local a mensagem de que as Nações Unidas não apenas veem as mulheres como iguais aos homens no desempenho de missões, mas também entendem que policiais e tropas femininas podem ser modelos poderosos. Mulheres sobreviventes de ataques têm mais probabilidade de reportar incidentes a oficiais femininas. Na Libéria, Gna Gudjonsdottir, oficial feminina proveniente da Islândia e que é consultora da Polícia Nacional Liberiana, afirmou que, quando sai para praticar jogging pela manhã, em Monróvia, recebe largos sorrisos de boas vindas de outras mulheres nas ruas. (DEVI, 2010)

Essa sensibilidade quanto ao gênero por parte tanto das unidades e tropas femininas como das polícias nacionais abrem um canal de diálogo e de confiança do Estado e da população civil, fazendo com que a população que sofreu violência baseada em gênero se sinta mais confortável para denunciar os abusos sofridos. “As mulheres de Darfur afetadas por violência sexual e de gênero sentiam-se confortáveis falando com

oficiais femininas da UNPOL. ” Afirma Kadi Facondo, inspetora-geral adjunta – a oficial de polícia de mais alto posto de Serra Leoa –, que atualmente serve em Darfur mas já trabalhou em missões em Serra Leoa e Libéria. (DEVI, 2010)

As mulheres têm papel também na reconstrução pós-conflito. A juíza Evelina Quaqua preside um juizado voltado para o acolhimento de crimes de violência sexual e de gênero. O papel da sociedade civil nesse caso será discutido no próximo sub tópico.

2.3.2 A ATUAÇÃO FEMINISTA DA SOCIEDADE CIVIL

A atuação da sociedade civil nas causas feministas na Libéria foi e continua sendo essenciais para todas as mudanças positivas conquistadas até agora. Entre 2003 e 2011, grupos de mulheres aproveitaram a cooperação de maneira positiva, reforçando o papel das mulheres na qualidade de observadoras, mas também como negociadoras e em outras modalidades. Dois grupos se destacaram e foram bastante ativos durante o processo de reestabilização: a Mano River Women Peace Network (MARWOPNET) – que será detalhada mais a frente – e a Women in Peacebuilding Network (WIPNET).

Charles Taylor autorizou a participação de MARWOPNET, e assim eles foram incluídos na mesa de negociação, mas sofreu acusações de ser parcial. WIPNET, por outro lado, foram vistos amplamente como independentes e conduziu uma série de ações com alto padrão, eficácia e influência longe das mesas de negociações. Na verdade, tal era a influência de WIPNET que mais tarde foram convidados a se tornarem observadores oficiais. Desejando manter suas opções em aberto e permanecer longe das acusações feitas a MARWOPNET, WIPNET recusou o convite e continuou fazendo campanha através de outras modalidades. É importante ressaltar que, apesar de diferentes locais e modalidades de inclusão, os dois grupos coordenaram para impulsionar objetivos unificados. Assim, houve uma agenda em grande parte unificada das mulheres que foi capaz de colher os frutos tanto do grupo que estava inserido no governo, quanto o que não estava. (INCLUSIVE PEACE, 2017)

A WIPNET utilizou ações que envolviam parcelas grandes da população para pressionar mediadores, com diversos protestos e demonstrações. Em abril de 2003 é lançada a campanha Women of Liberia Mass Action for Peace, liderada por Leymah Gbowee, Nobel da Paz por sua atuação civil e por conseguir diminuir as diferenças étnicas e religiosas entre mulheres na Libéria colocando um objetivo único a ser atingido. A campanha se iniciou na igreja de Gbowee, que fez um apelo para cristãos se unirem para o fim da guerra civil e pela paz. Em reuniões subsequentes, muçulmanas se

uniram ao movimento. Usando rádios locais, o movimento foi se espalhando e ganhando apoio, inclusive de mulheres deslocadas internamente. Um dia na semana todas elas iam para o Mercado de Peixes, sentavam, dançavam e cantavam. O lugar era estratégico – um lugar visível da residência do presidente. As mulheres também decidiram fazer uma greve de sexo. A violência continuava escalando rapidamente e a comunidade internacional começava a pressionar por paz. No dia 11 de abril as mulheres marcharam por toda a capital Liberiana, ganhando cada vez mais suporte. O então presidente, Charles Taylor decide recebê-las. Na reunião, Taylor concorda em comparecer às negociações de paz. O próximo alvo da WIPNET foram os rebeldes. Algumas delas foram até Serra Leoa e sentaram na frente do hotel onde os “Senhores de Guerra” estavam hospedados e só iriam sair após conseguir uma reunião com eles. Por fim, convenceram-nos a comparecer às negociações de paz com o presidente que aconteceria em Gana. Para continuar pressionando tanto o governo quanto os rebeldes, um grupo de mulheres foi para Gana acompanhar de perto as negociações. Durante as negociações, o presidente foi sentenciado por uma corte internacional em Serra Leoa por crimes de guerra, e para fugir voou de volta para a Libéria. A guerra estourava novamente na Libéria, atingindo seu pico em 21 de julho quando um míssil atingiu a Embaixada Americana que abrigava uma grande quantidade de refugiados e deslocados internos. As mulheres em Gana planejaram uma ação ainda maior. Elas foram para as portas do edifício onde as negociações aconteceram, deram as mãos e se recusaram a deixar os delegados saírem enquanto não chegassem à um acordo. Quando os guardas chegaram para prender as mulheres, Gbowee ameaçou tirar a roupa – um ato que envergonharia os homens. A ameaça impediu que os guardas agissem, chamando a atenção do presidente de Gana – mediador nas conversas – que aceitou receber as mulheres. Essas concordaram em sair do prédio, mas se não chegassem num resultado satisfatório, elas voltariam. Três semanas depois o presidente Taylor renunciou à presidência e as tropas de peacekeeping foram autorizadas a entrar na capital liberiana. Nos meses e anos seguintes começaram os processos de desarmamento – mais um processo que contaram com a ajuda e influência das mulheres. (NONVIOLENT ACTION DATABASE, 2003)

O movimento criado na Libéria pode ser considerado extremamente bem-sucedido, já que atingiu o objetivo principal por meios não violentos. O movimento e suas conquistas são uma afirmação dos argumentos de Tickner sobre a capacidade das

mulheres de conquistarem objetivos por meio da negociação. As ações também renderam um convite para as negociações de paz – ainda que como observadoras. O desenrolar de toda essa campanha resultou na eleição da presidente Ellen.

2.4 O CASO DO HAITI

No dia 12 de janeiro de 2010 um terremoto de magnitude 7.0 atingiu o Haiti, matando cerca de 250 mil pessoas e mais de um milhão de pessoas desabrigadas, construindo acampamentos perto da capital. Dois anos após o terremoto cerca de 600 mil pessoas ainda viviam nos acampamentos com pouca segurança. Após o terremoto, o país estava com suas estruturas físicas e governamentais frágeis, com a violência civil aumentando rapidamente. (JACOBI, 2011)

Líderes feministas já faziam campanha antes do terremoto, pedindo maior proteção do governo. Olga Benoît, chefe do Solidariedade das Mulheres Haitianas (SOFA) afirma que não havia qualquer planejamento urbano, e que nas primeiras 24 horas após o terremoto não existia qualquer ajuda. A falta de plano de prevenção de desastres e a falta de administração nos primeiros dias que se seguiram o terremoto tornaram a situação muito mais caótica. As mulheres ficaram particularmente impotentes, segundo Carine Exantus, estudante de jornalismo da Universidade do Haiti. Os abusos e negligências contra mulheres e meninas eram visíveis: vítimas de violência física, moral e/ou psicológica. As mulheres sofriam violências tanto de seus parceiros quanto de estranhos. O terremoto também causou danos às estruturas conquistadas por movimentos feministas: o Ministério Haitiano de Mulheres ficou desfalcado com a morte de várias mulheres, entre elas duas líderes feministas: Myriam Merlet e Magalie Marcelin, além da diretora-geral do Ministério, Myrna Narcisse Theodore. Meses após o terremoto, as mulheres que restaram do Ministério trabalhavam em tendas entre os entulhos. As delegacias que possuíam repartições com salas separadas para as entrevistas com sobreviventes de violência de gênero tinham sido destruídas. Em 2009 a Academia Nacional de Política do Haiti, a Coalizão Nacional Haitiana Contra a Violência Infringida às Mulheres e o UNFPA (primeiro órgão da ONU a trabalhar com a polícia haitiana em questões de violência de gênero) treinaram 700 recrutas da polícia para atender às mulheres vítimas de abuso. O Brasil, comandante da força de manutenção de paz da ONU no Haiti teve papel importante nessas ações. (KOLLODGE, 2010)

Devido a suas funções, as militares brasileiras não têm muito contato com a população haitiana, o que é um equívoco, considerando a resolução 1325 que considera a presença das mulheres no terreno não só como direito baseado em igualdade de gênero mas para as necessidades operacionais, como mulheres militares para revistas de rotina e contato com mulheres locais vítimas de violência baseada em gênero. Mesmo assim, em condições estáveis, as mulheres podem participar de patrulhas e desempenham papéis como profissionais da saúde. Também existe a preocupação de usar tradutoras locais mulheres como forma de facilitar o contato com crianças e mulheres. Além disso, são implementados os Quick Impact Projects (QIP) com o cuidado de beneficiar mulheres. Algumas ações coordenadas com a Unidade de Gênero na MINUSTAH foram tomadas, com palestras sobre gravidez, uso de preservativos, amamentação, direito das mulheres e violência contra mulheres. Essas atividades demonstram a necessidade de ações de conscientização e empoderamento da mulher haitiana, com consequência direta sobre a proteção e prevenção da violência e até maior estabilidade da missão. (GIANNINI, 2014)

Outra medida tomada foi a criação da clínica da Defesa Civil, dentro de uma das bases brasileiras que recebeu diversas vítimas de violência baseada em gênero. A base também abriga a unidade da Polícia da ONU (UNPOL) e da Polícia Nacional Haitiana, especializadas neste tipo de violência e facilitando o acesso à justiça. A presença da Unidade Policial Feminina de soldadas de Bangladesh (similar à indiana implantada na Libéria) também aumentam a visibilidade e a caracterização da Missão de Paz do Haiti como uma missão com preocupações de gênero. (GIANNINI, 2014)

Nas ações investigativas, o componente policial tem papel essencial. Em regra, os mandatos da polícia da ONU não são executivos, e se limita ao monitoramento e assessoria da polícia local. Pode, portanto, desempenhar papel de treinamento da polícia local, quanto à atenção a vítimas, interrogatórios e investigação. São ações voltadas ao fim do da impunidade e reestruturação policial. Nesse contexto, a policial brasileira, Cap. PMDF Virginia Lima, trabalhou na unidade móvel de gênero, que tem como objetivo exclusivo atender as vítimas de crimes baseado em gênero nos campos de deslocados.

Formada por uma maioria de policiais femininas e de nacionalidades africanas que falam bem o francês, a unidade realiza atividades com mulheres locais para promover sua aproximação e gerar confiança. Quando acionadas, também acompanha as vítimas durante a investigação e atenção médica. A participação de mulheres policiais é essencial para atividades de vistoria,

patrulha, investigação e atenção a vítimas. É comum que perpetradores sejam homens – muitas vezes uniformizados - e, nestes casos, é preferível que o contato inicial com possíveis vítimas seja realizado por mulheres. Também é relevante o contato com líderes comunitários tradicionais para aprender sobre mecanismos tradicionais de resolução de conflitos, procedimentos de mediação e como estes afetam homens e mulheres. Por exemplo, é comum que o casamento com perpetradores seja visto como uma “solução” ao estupro. A realização de análises de gênero merece atenção quando há investigações criminais, como forma de observar padrões/tendências com relação ao sexo e à idade no que tange a determinados crimes. (GIANNINI, 2014)

Policiais Femininas da Noruega, Canadá e países Africanos Francófonos têm treinado, orientado e acompanhado a Polícia Nacional Haitiana para lidar com casos de violência e abuso sexual (COOMARASWAMY, 2015).

2.5 MANO RIVER WOMEN'S PEACE NETWORK (MARWOPNET)

Em 1996 é criada a FAS: Femmes Africa Solidarités, uma ONG internacional com reconhecimento oficial, com status consultivo no ECOSOC e status de observador na Comissão Africana De Direitos Humanos (ACHPR), além de representar o African Women Committee on Peace and Development (AWCPD), organização criada para aumentar a voz de mulheres na prevenção, gerenciamento e resolução de conflitos na África. A ONGI era formada por mulheres de Serra Leoa, Libéria e Guiné. Em 2000 a FAS estabelece a Mano River Women's Peace Network. Envolvida com os estados da Mano River Union desde 97 em Serra Leoa, a FAZ avaliava a participação e a liderança das mulheres no processo de paz naquele país e reforçava as capacidades locais das mulheres através da partilha de formação e experiência. Subsequentemente, interveio em nível nacional na Libéria durante o processo eleitoral de 97 e fez relatórios na Guiné sobre a situação de mulheres refugiadas e pessoas deslocadas. (DIOP, 2005)

Após trabalho extensivo em cada um dos países do Mano River, a FAS chegou à conclusão de que um approach regional endereçaria melhor os problemas de cada país. Após um processo de preparação e negociação com várias mulheres desses países, a FAS organizou uma reunião em 2000 na Nigéria em conjunto com a West African Women's Association (WAWA). African Women's Committee for Peace and Development e com o apoio da AWCPD, AU, ECOWAS e diversas outras agências da

ONU. Estavam presentes representantes e líderes de ONGs locais dos três países para discutir os problemas de criar uma plataforma em comum. Como resultado, a MARWOPNET foi criada e encarregada do mandato de levar a discussão de gênero para os processos de paz na sub-região e criar o esforço para trazer a paz duradoura e sustentável para a União do Rio Mano. Desde sua criação, a MARWOPNET advogou com governos oficiais, embaixadores, o Secretário Geral da União Africana, e com o Conselho de Segurança, pedindo o suporte desses no processo de paz e chamando-os para fortalecer as capacidades das mulheres engajadas na construção da paz e gerenciamento de conflito. A Network também foi bastante ativa nos três países negociando com rebeldes, distribuindo bandeiras da paz durante cerimônias para destruição de armas de porte pequeno, organizando marchas pela paz, participando de caminhadas para a erradicação da Pólio e ensinando técnicas de resolução de conflito e negociação para mídia, ONGs e representantes da sociedade civil. O seu contato com ONGs é constante, com discussões sobre como criar parcerias, e visitas constantes a campos de refugiados para distribuir comida, além de garantir que esses terão suas necessidades sanadas. Além disso, a MARWOPNET faz diversos workshops para relembrar a importância de garantir a igualdade de gênero em todas as esferas na construção estatal, e pressionar para mais iniciativas de paz. (DIOP, 2005).

Ainda que a MARWOPNET não tenha desenvolvido ações diretas nos países participantes, tem um papel de apoio e incentivo a lideranças femininas. Durante todas as ações da Libéria aqui já citadas a MARWOPNET deu a ajuda necessária e ajudou na integração regional entre movimentos. A particularidade da organização é a capacidade de negociação e o uso de habilidade política e de seus papéis em suas famílias como ferramentas para atingirem seus objetivos, além de incluir mulheres de diferenças etnias e classes sociais. (JOHNSON, 2011)

2.6 O CASO DA SÍRIA

Desde o início das hostilidades na Síria, a violência e a instabilidade aumentaram com o tempo. Com a impossibilidade de discussão do assunto no Conselho de Segurança devido a divergências políticas, as negociações de paz ficaram mais complicadas, especialmente após a ascensão do autoproclamado Estado Islâmico. A tentativa de fugir da guerra provocou uma crise de imigração na Europa sem

precedentes, além das milhões de mortes daqueles que não conseguiram sair do país a tempo. Após o ataque de armas químicas em 2013, o Conselho de Segurança adotou unanimemente a Resolução 2118, que demandava a destruição ou remoção dos estoques de armas químicas. O Action Group For Syria emitiu um documento oficial chamado Geneva Communiqué, identificando passos e medidas a serem tomadas pelas partes para garantir a implementação das resoluções. A resolução 2118 também convocava uma conferência internacional na Síria para implementar o Geneva Communiqué e para o compromisso com a estabilidade e reconciliação. Apesar do comunicado declarar claramente que “as mulheres devem ser representadas em todos os aspectos durante a transição”, (UNITED NATIONS, 2012) durante a Conferência sobre a Síria em Geneva em 2014, não houve qualquer consideração à perspectiva feminina. Nenhuma mulher foi representada durante a conferência.

Diferente dos casos vistos até aqui, o conflito na Síria provocou o caminho contrário: antes, as mulheres participavam ativamente de tomadas de decisões e da política em geral. Após o início do conflito, elas foram completamente excluídas dos processos, pelo menos formalmente. Durante a primavera Árabe, por exemplo, as mulheres participaram ativamente dos movimentos *grassroots*, sofrendo abusos mesmo ao protestarem pacificamente. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013) Com o conflito, a capacidade de organização diminuía e a possibilidade de protestos pacíficos terem efetividade também. Em 2013, cerca de 150 mulheres curdas criaram um batalhão feminino (Martyr Rokan Battalion), para lutar contra as forças do Presidente Assad. (WATSON, 2013) Esse batalhão colocou as mulheres em posições não tradicionais e no mais alto nível de segurança, o militar – ainda que informal. As mulheres também dão assistência no transporte de armas e suprimentos para as forças opositoras. No entanto, a violência é endêmica, e todo o empoderamento conquistado durante a Primavera Árabe é minado com o uso do estupro como silenciador. O papel das mulheres é constantemente diminuído, e é inexistente nos campos de negociação da paz. Mesmo com os esforços da ONU Mulher e de outras ONGs Internacionais de Mulheres, tem sido difícil incluir as civis nessas negociações. Em 2014 a ONU Mulheres organizou uma reunião com sírias em Geneva, onde criaram a “Syrian Women’s Initiative for Peace and Democracy”, com um documento que indicava quais seriam os passos para chegar à paz. Um cessar-fogo seria o primeiro passo. (UN WOMEN, Jan 2014) Além disso, o documento pede a sensibilidade de gênero, o fim da violência de gênero, a

proteção de mulheres e garotas contra a exploração sexual, casamento infantil, tráfico humano e estupro. Posteriormente, em uma reunião a portas fechadas no Conselho de Segurança, três mulheres ativistas sírias e líderes da sociedade civil tiveram a oportunidade de informar aos quinze membros a situação na Síria e demandar a inclusão em qualquer conversa sobre a paz e eventuais processos transicionais. A sessão foi possível por intermédio da PeaceWomen e co-patrocinada pelo Reino Unido e Luxemburgo, um indicativo de que a comunidade internacional reconhecia a importância do envolvimento das mulheres nos processos de paz. O Center for Civil Society and Democracy in Syria (CCSDS) também quer fortalecer a capacidade de ação da sociedade civil, em especial as mulheres. Através da construção de capacidade, esses grupos aumentam as habilidades de participar da paz em nível nacional e processos de transição. Essa construção de capacidade tem várias formas, incluindo treinamentos sobre transparência, liderança civil e transição de justiça. No entanto, a maioria do trabalho é feito de maneira informal e fora da Síria por questões de segurança. Ao retornar para Síria, as participantes se comprometem a criar um “círculo de paz” na sua comunidade local, identificando de oito a dez mulheres em sua área local que são mais abertas a advogar pela paz. Através de workshops, essas mulheres aprendem as técnicas de advocacy e identificam um problema prioritário e uma estratégia de advocacy para resolver esse problema. (MOORE e TALARICO, 2015)

Para além do ativismo político, as mulheres sírias acharam uma nova maneira de lidar com os conflitos e espalhar os ideais pacíficos: os chamados White Helmets, que se tornaram ferramenta essencial de proteção de vidas na Síria. Ainda que seja prioritariamente médico, a participação de mulheres no movimento voluntário que age como “first-responders” dando os primeiros socorros e fazendo buscas com missões de resgate, ⁴muda a maneira como a sociedade as enxerga. Após serem excluídas de todos os processos formais relacionados ao conflito ou à política em geral, elas encontraram uma área em que são realmente necessárias. Por exemplo, por questões culturais, alguns países não deixam que homens resgatem suas filhas. As mulheres voluntárias do White Helmets são extremamente necessárias nesse momento, salvando milhares de vidas de crianças e mulheres. Após perceberem o quão útil elas podem ser, as pessoas, segundo Hasnaa Shawaff (professora de matemática e agora voluntária) “começam a dar apoio e

⁴ Visitar o site: <https://www.whitehelmets.org/>

até incentivam suas irmãs a se juntarem à nós”. (VIJAYKUMAR, 2015). Por ser uma guerra ainda em curso e sem previsão de solução, as mulheres sírias tentam encontrar maneiras de se encaixarem na nova configuração do país nas mais diversas áreas e tipos de atuação.

Por fim, o papel das mulheres em suas famílias também foi modificado. Com os homens, tradicionalmente os chefes de famílias e protetores, sendo convocados para a guerra e sem saber quando e se irão voltar, as mulheres estão assumindo o papel de líderes e protetoras de suas famílias, suas comunidades e de outras mulheres. Mais de um quarto das famílias de refugiados sírios na região (Líbano, Jordânia e Turquia) são chefiadas por mulheres solteiras. “Ms Fares”, por exemplo, está grávida, mas após ter o bebê não terá tempo para se recuperar: é seu dever informar às ONGS e organizações governamentais o que a comunidade precisa, e se certificar de que seu acampamento não será esquecido na distribuição de mantimentos. Ao assumir esses papéis de liderança, as mulheres mudam a dinâmica de gênero em comunidades predominantemente rurais e conservadoras. Hanna Molaia, que vive em um acampamento perto de Ms Fares, conseguiu ajuda junto com outras mulheres da agência Save the Children para aprender novas habilidades que ajudem a ganhar dinheiro para sua família. (GATTEN, 2015)

3. ALTERAÇÃO NAS MISSÕES DE PAZ

3.1 MUDANÇA NA AGENDA INTERNACIONAL

A violência sexual foi considerada como consequência inevitável e arma de guerra por bastante tempo. Apesar de tentar coibir esses atos, o Direito Internacional Humanitário não fazia menção a esse crime até o Tribunal de Nuremberg (1945). Com a positivação dos Direitos Humanos através da Declaração Universal em 48, a dignidade humana passou a ser essencial em discussões internacionais, de maneira universal e com garantias fundamentais priorizadas mesmo em contextos de conflitos armados. A legislação internacional vai lentamente avançando, chegando ao consenso internacional

de que a violência de gênero, mesmo quando cometida em contextos de conflitos armados, nacional ou internacional constitui violações diretas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário. A violência sexual também passa a ser listada pelo Estatuto do Tribunal Penal Internacional como crime de guerra, sendo considerado crime contra a humanidade. (TEODORO et al., 2015)

Com os avanços do Direito Internacional e a aprovação da Resolução 1325, a agenda de mulher, paz e segurança passa a fazer parte das discussões internacionais. O momento favorável permitiu a organizações de mulheres que levassem suas demandas adiante. A adoção da resolução no órgão mais alto em nível internacional ofereceu um avanço significativo à uma agenda antes pouco discutida em nível internacional e mostrou a capacidade das ONGs em advogarem e negociarem com mais de um ator ao mesmo tempo (com o Estado, com outras ONGs, com agências e órgãos internacionais, etc.) O Plano Nacional de Ação (PNA) é o principal mecanismo de implementação da Resolução 1325 dentro dos Estados – documento que os Estados se comprometeram a criar em seus países após ratificarem a Resolução 1325. O PNA é uma ferramenta que garante ao governo uma maneira de articular suas prioridades políticas e coordenar a implementação da resolução no nível estatal. Ainda que seja papel do Estado liderar o processo - já que este terá de implementar quaisquer ações descritas no plano - a interação de diferentes atores e especialmente da sociedade civil é essencial para um plano de ação bem elaborado, para sua implementação, operação e avaliação. (TORRECILLA; BIOSCA; CARTES, 2016).

A aprovação da resolução também provocou duas mudanças: o engajamento de profissionais Sênior nas Missões de Paz, já que esses estariam obrigado à Resolução, e a inclusão e vocalização de mulheres num sistema que até então não demonstrava interesse nessas demandas. A resolução também cria um novo debate na literatura feminista, que passa a discutir os problemas da guerra, o papel histórico de grupos feministas e de mulheres ao redor do mundo contra a guerra, a violência e o militarismo. Uma leitura crítica da resolução também é feita pela academia e por ativistas, oferecendo crítica analítica e teórica da resolução além de examinar as políticas e nível de implementação. (PRATT; RICHTER-DEVROE, 2011).

3.2 MUDANÇAS NA AGENDA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS (E SOCIEDADE CIVIL EM GERAL)

Ainda que a aprovação da Resolução 1325 tenha sido essencial e um marco para a luta das mulheres no ambiente internacional, seria uma deslegitimação dizer que as lutas da sociedade civil feminista e pela igualdade de gênero só surgiram nesse momento, já que desde o século XVIII é possível observar a atuação de movimentos feministas. No século XVIII, Mary Wollstonecraft, escritora inglesa e filósofa, defendia os direitos das mulheres e o tratamento de homens e mulheres como seres racionais. (CAMPBELL, 2010) Na França, ainda no século XVII, Olympe de Gouges defendia os direitos das mulheres na Declaration of the Rights of Woman and the Female Citizen. (PALMER, 2017) Em 1848 (THE WOMEN'S, 2017) já se tinha notícias de uniões públicas de mulheres lutando pelo sufrágio nos Estados Unidos. Nesse primeiro momento, esses movimentos parecem ser nacionais e relacionados à conquista de direitos políticos, mas eles ganham força e se transnacionalizam e se multidisciplinizam. É difícil definir ao certo quando isso ocorre - existem relatos de movimentos transnacionais feministas para o fim da escravidão, por exemplo, como o liderado por Nísia Floresta - já que a maior parte da literatura faz uma relação entre os debates teóricos internacionais e a atuação da sociedade civil como interligadas e a segunda sendo dependente da primeira. Mas o fato é que já em 1981 acontecia o primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, (ALVAREZ, 2017) que começa a se realizar periodicamente, conotando não só um movimento da sociedade civil como da própria academia e descentralizado, e demonstrando a continuidade das lutas feministas.

O início do século XX também se mostra mais promissor, com uma agenda feminista ganhando força e o aumento de conferências e ONGs internacionais, como o Congresso Internacional de Mulheres que ocorreu em 1919 paralelo à Conferência de Versalhes, o primeiro Congresso Internacional de Mulheres da Europa e Estados Unidos em Haia em 1915.(UN FOUNDATION, 2017) O terceiro mundo também tem um papel bastante expressivo, com movimentos feministas nos anos 60, 70, 80 e 90 engajados em lutar contra ditaduras e apoiando movimentos anticolonialistas. (CASIMIRO, 2014)

Na África, esses grupos se fortalecem e passam a ser uma voz importante da Sociedade Civil, com a capacidade de realizar pressões nos governos locais e contribuir com a governança. A característica da sociedade civil feminista na maior parte do continente africano é de ajuda mútua e baseada na solidariedade “tradicional”, dando

uma capacidade maior para que esses grupos atinjam objetivos e criem estratégias no âmbito rural e urbano. A perspectiva africana do feminismo também nos possibilita compreender melhor o sucesso de movimentos como o da Mano River Network: o sistema de tradição africana é em certa medida matriarcal, agregando política, social e economicamente, com mulheres controlando a agricultura, o mercado, comércio e religião. Esse sistema coexistia com o patriarcal, em cooperação e partilhando o espaço social. Não é possível considerar esses sistemas equivalentes porque o matriarcado não está baseado na apropriação da violência. (CASIMIRO, 2014)

Em um panorama como esse, baseado na cooperação entre dois sistemas ao invés de a disputa constante como é observado em sociedades ocidentais, é possível concluir que as africanas têm capacidade ainda maior de chegar a solução pacífica, benéfica e que vá ser implementada. O sistema matriarcal africano baseado na solidariedade e ajuda mútua conforme citado anteriormente, criam um ambiente propício para o empoderamento de mulheres e a articulação entre essas. Com isso é possível compreender a quantidade de movimentos transnacionais feministas expressivos que obtiveram êxito no que se propunham – quase todos na África, como o Peace and Development Committee (Ruanda), Harambe Women's Forum (África do Sul) e Mano River Women's Peace Network. A coesão criada nesses movimentos auxilia à formação de uma identidade entre o grupo que torna suas ações mais claras e efetivas.

As ações da Mano River Women's conforme citadas no capítulo anterior foram bem-sucedidas e contavam com formas inclusivas de liderança, consciência política e legado cultural, o que as tornou agentes de mudança e de igualdade de gênero com a capacidade de transformar a realidade em que viviam. (JOHNSON, 2011). Em entrevista ao site Common Threads a ativista Leymah Gbowee foi perguntada: O que é que permite que as mulheres se reúnam mais facilmente do que os homens?" - Se referindo ao ato pacífico organizado por Leymah na Libéria, ao que ela respondeu:

"One of the things that made it quite easy—it didn't just happen overnight—was the constant appeal to our similarities, rather than the things that easily divide us. What were those things that were similar? One, we were the ones watching our children die of hunger. Two, we were the easiest targets of rape and sexual abuse. Three, we were the ones who were going out to look for food. So we were the ones who were out there. It became really, really difficult for us to just not do anything. Then we started using language like, 'Does a bullet know a Christian from a Muslim, can a bullet pick and

choose?’ And one of the things we did was put women in a room and say, ‘What do you see? If I am standing here, who do you see?’ ‘I see Leymah,’ and they describe the physical features. ‘Do you see her ethnicity?’ ‘No.’ ‘Do you see her religion?’ ‘No.’ ‘What do you see?’ ‘I see someone who has similar physical features like me. Her hair is braided, she has breasts...’ This made it really easy...” (SGI, 2017)

Essa identidade criada entre as participantes de protestos o tornou mais coeso e, portanto, com maior capacidade de ser efetivo. A atuação da sociedade feminista na área de segurança internacional também dá início a uma participação maior de mulheres e maior interesse nesse tema. Todo o esforço de mudança de comportamento dos agentes internacionais quanto ao papel de mulheres em guerras e em missões de paz advém desses movimentos. A agenda dos movimentos feministas se adapta a esse novo contexto, com o aumento de discussões, convenções e fóruns internacionais com temáticas específicas de gênero e segurança.

É possível observar que com maior participação da sociedade civil efeitos posteriores são percebidos no sistema internacional como um todo, como as demandas de *grassroots movements* sendo reconhecidas e levadas à frente pelas ONG’s feministas internacionais e dando voz à indivíduos.⁵ A característica de vocalização é especialmente importante quando falamos de mudanças substanciais em missões de paz, negociações de paz e criação de democracias inclusivas. Conforme KLOT (2007) observou, a igualdade de gênero traz um novo grau de democracia inclusiva, crescimento econômico durável e recuperação humana e social. Mas, para além da simples inclusão de mulheres, é necessária ainda a vocalização daquelas mulheres mais desfavorecidas pelas circunstâncias. Em uma situação de guerra, por exemplo, quando falamos a respeito de uma mulher enquanto participante das forças armadas empregadas no país, ela tem poder de fala considerável em relação à mulher que vive na área rural afetada por grupos terroristas e limpezas étnicas, devido ao status que as forças armadas lhe confere.

Dar voz para essas mulheres em situações vulneráveis pode não ser tão simples para um membro das forças de peacekeeping devido a normas e princípios ditados por seus países e pela própria ONU. Quando se fala sobre a sociedade civil, essa percepção não é a mesma. Se falamos acerca de grupos como a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, que tem agido como intermediadora de mulheres pertencentes a *grassroot movements* e Organismos Internacionais e órgãos

⁵ Como no caso da Arria Formula

governamentais, falamos sobre grupos que tem acesso direto às demandas dessas mulheres e que detém capacidade de barganha, de pressão política e de vocalização desses grupos marginalizados.

Além da inclusão de outras mulheres enquanto líderes comunitárias, a atuação dessas mulheres conseguiu incluir outros grupos marginalizados. No caso de Ruanda, por exemplo: após o genocídio no país, as mulheres exerceram papéis em cinco áreas temáticas: 1) criação de diversas iniciativas para o desenvolvimento econômico; 2) construção de casas e realocação de refugiados, ex-combatentes e na repatriação, além de ajudar a assegurar os direitos dos refugiados; 3) suprimento de comida para os familiares e para os combatentes; 4) fornecer informações para as tropas do governo e foram eficazes em dissuadir seus maridos a se desassociarem de atividades rebeldes e 5) participaram da corte de Gacaca, participando ativamente de julgamentos. (ISSIFU, 2015). Todas essas áreas temáticas são de extrema importância, mas para a discussão de vocalização, a ação dois nos chama a atenção: a atuação de mulheres costuma incluir grupos de órfãos, refugiados e desalojados.

3.3 MUDANÇAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PAÍSES RECEPTORES DE MISSÃO DE PAZ

A inserção de mulheres nos processos de paz também provocou mudanças consideráveis nas políticas públicas dos Estados que receberam as missões de paz. Abaixo serão descritos alguns exemplos disso:

3.3.1 SERRA LEOA:

Em 2007 a UNIFEM criou o programa "Consulta Nacional para Fortalecer o Engajamento das Mulheres com a ONU", informando as mulheres líderes e a sociedade civil a respeito da perspectiva de gênero na Comissão de Consolidação da Paz da ONU. A partir daí a Comissão de Consolidação da Paz teve papel importante para reformas legais e judiciais com consciência de gênero além de prover suporte político para garantir a adoção a longo prazo desse quadro legal que criminaliza a violência doméstica, garante o direito da mulher à herança e a possuir propriedades. O Quadro de

Cooperação para a Consolidação da Paz na Serra Leoa também especifica a necessidade de aumentar o acesso das mulheres à corte, ajuda a garantir o direito à propriedade e o mais importante: achar alternativas ao sistema de corte que utiliza costumes para julgar os casos. (KLOT, 2007).

No lançamento da campanha HeForShe em fevereiro de 2017 o vice-presidente do país, Victor B Foh também fez declarações acerca do comprometimento de Serra Leoa em promover a participação política e o empoderamento econômico de mulheres:

“Gender equality is not a warfare issue but a national development issue in which there is a need to put an end to boys’ superiority over girls and to enforce women’s political participation and economic empowerment” (SIERRA, mar. 2017)

Além disso, foi criada uma Coordenação de Gênero e Comitê de Manutenção da Paz para a Exploração e o Abuso Sexual, um comitê/agência sob a liderança do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários. O foco tem sido em métodos e procedimentos de prevenção. O Comitê continua a desenvolver uma estratégia para combater o abuso incluindo aumentar a consciência e fazer um rascunho de políticas para o recrutamento de pessoal e provisão de serviços para sobreviventes. Além disso, em 2000 é criado o Comitê de Conduta de Pessoal, que tem como objetivo promover a consciência do Código de Conduta de Peacekeepers e sua tolerância zero para abuso e exploração sexual. (HIGATE, 2003) Isso além da Unidade de Suporte à Família, citada no capítulo anterior.

A Corte Especial de Serra Leoa também é um avanço significativo, incluindo mulheres nos níveis mais altos do judiciário em julgamentos que tratavam de crimes sofridos por outras mulheres e por populações fragilizadas, conforme descrito no capítulo anterior.

3.3.2 LIBÉRIA

Tomando medidas recomendadas pela ONU e tendo um plano muito bem estruturado de ação, a Libéria conquistou mudanças importantes nas políticas públicas do país. O passo mais eficaz foi a Política Nacional de Gênero da Libéria. Segundo documento oficial do Ministério de Gênero e Desenvolvimento, “the attainment of gender equality is not only seen as an end in itself and human rights issue, but as a

prerequisite for the achievement of sustainable development.” (LIBERIA, 2011) A existência de um Ministério de Gênero e Desenvolvimento por si só já é a indicação de um governo que faz uma conexão direta entre gênero e políticas de desenvolvimento.

A Política Nacional de Gênero da Libéria é considerada um instrumento de mudança, ilustrando a disposição do governo de mudar o passado da Libéria, além de um forte comprometimento de alto nível do Governo em chamar a atenção para a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher. A política também gera mudanças na agenda de desenvolvimento nacional, criando mecanismos para accountability dentro do governo e para outros stakeholders.

O comprometimento do governo também é refletido na ratificação de diversos Tratados regionais e internacionais, Declarações e Acordos sobre igualdade de gênero e empoderamento da mulher – cerca de 11, entre os anos 90 e 2003. Também houve a promulgação de leis e a adoção de políticas, como a Lei de Relações domésticas, o Ato de Herança (que garante direitos iguais em casamentos e heranças), a Lei de Estupro, de 2005, que torna crime estupro coletivo e estipula sentença de prisão perpétua para formas particularmente agressivas de estupro e o ato “Anti-human Trafficking” também de 2005, proibindo o tráfico de pessoas. Quanto às políticas, é criado o Plano de Ação Nacional sobre Violência de Gênero (2006) e Política de Educação de Meninas (2006). O Ato de Desenvolvimento e Gênero de 2001 estabelece e define o mandato institucional do Ministério de Gênero e Desenvolvimento, que promove a igualdade de gênero e serve como conselheiro para o governo em qualquer assunto que afete o desenvolvimento e bem-estar de mulheres e meninas, além de coordenar os esforços relacionados à igualdade de gênero com o Governo para garantir que tanto a perspectiva feminina quanto masculina são centrais na hora da formulação de políticas, legislação e alocação de recursos, planejamento e metas de políticas e de programas. Entre as áreas de prioridade do governo, está “Gênero, paz e Segurança Nacional” em que a estratégia é incluir as mulheres no Desarmamento, Desmobilização, Reconstrução Econômica e Reintegração. (LIBERIA,2011)

3.3.3 HAITI

Apesar de ter ratificado diversos tratados internacionais que proíbem a discriminação de gênero, o Haiti possuía sérios casos de violência de gênero, que em

grande parte são considerados um problema cultural e que foge do escopo da missão de paz. Mas a violência baseada em gênero sai da esfera nacional e se desassocia do que é considerado um problema cultural quando é considerada uma violação aos Direitos Humanos e que, portanto, é um risco para o sucesso da missão de paz e estabilização do país. A abordagem da ONU que passa a ver a necessidade de proteção da mulher não só fisicamente como psicologicamente, de empoderamento da mulher e a sua participação em âmbitos econômicos e políticos torna os mandatos de missão de paz muito mais direcionados para as questões de gênero. (GIANNINI, 2014)

No caso do Haiti, as ações do governo brasileiro citadas no capítulo anterior, a existência de uma Unidade de Gênero da MINUSTAH, e uma sociedade civil bem organizada possibilitou algumas mudanças interessantes. Em 2005, por exemplo, após anos de advocacia das mulheres haitianas, o decreto executivo número 60, introduziu mudanças às disposições existentes no Código Penal Haitiano reclassificando o crime de estupro (antes considerado um crime moral) e tornando as penas mais severas. Em outubro de 2010, grupos *grassroots* e advogados internacionais criaram uma petição que foi enviada à Comissão de Direitos Humanos da Comissão Interamericana. A petição reportava o aumento do número de estupros após o terremoto que afetou o país, descrevendo a dificuldade e as condições perigosas em que as garotas e mulheres estavam vivendo. Apontava-se que quando um conflito ou desastre ocorria no mundo, a violência sexual comumente crescia. A petição pedia que a Comissão Interamericana aumentasse a proteção das mulheres e crianças vivendo em acampamentos de deslocados. Em dezembro do mesmo ano, a Comissão emitiu decisão em que apelava ao governo Haitiano para que tomasse as medidas requisitadas pelos grupos *grassroots*. (PRECAUTIONARY, 2017). Apesar disso, os agentes públicos aplicadores da lei estão implementando iniciativas para mudar o cenário.

A Oficial Marie Louise Gauthier, Chefe da Polícia da Divisão e Diretora do Escritório Nacional de Coordenação de Assuntos da Mulher na Polícia Nacional do Haiti (PNH), criou uma unidade especializada especificamente treinada para responder a queixas de violência sexual e de gênero. Na abertura do Gabinete Nacional para a Coordenação da Mulher (CNAF), em abril de 2012, a Coordenadora Nacional para os Assuntos da Mulher da HNP, discutiu como os cursos sobre violência contra as mulheres e relações de gênero seriam oferecidos aos novos recrutas policiais e que existem planos para estender o treinamento a todos os oficiais atualmente servindo. O Ministério da Justiça do Haiti, em colaboração com a Iniciativa do Estado de Direito da Associação Americana de Advogados e a Academia Nacional de Polícia, a Escola de Magistrados e a Unidade de Ação de Pesquisa Médico-Legal facilitaram um treinamento que incluiu mais de 30 juízes e focou na investigação e sentença de casos de violência sexual e de gênero. Em 2011, o

Ministério de Assuntos da Mulher do Haiti iniciou um novo projeto de lei importante que visa eliminar a discriminação contra as mulheres e abordar a violência de gênero no Haiti. O projeto de lei aborda questões relacionadas com a violência sexual e de gênero, incluindo a violência doméstica, e proporciona reparação para as vítimas. Em um discurso proferido pelo primeiro-ministro Laurent Lamothe em Washington, DC, em 24 de julho de 2012, o primeiro-ministro afirmou seu compromisso de aumentar a força policial em 1.500 funcionários em um esforço para estabelecer uma presença policial adequada e apropriada em todo o Haiti. O primeiro-ministro Lamothe também expressou o compromisso do governo de fortalecer os direitos das mulheres e avançar a nova legislação. (KOFIVIV, 2013)

Em 2012, o Congresso haitiano aprova uma emenda que institui uma quota de 30% para mulheres em todos os cargos eleitos e nomeados a nível nacional, e o Decreto Eleitoral de 2015 acrescentou a mesma quota para os conselhos locais e candidatos políticos. (USAID, 2017) Considerando que as mulheres correspondem a cerca de 50% da população total⁶ e que se encontram em posição desfavorável, esse parece ser um bom início para uma mudança estrutural significativa.

3.4 AVALIAÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS

Tendo descrito os conflitos no capítulo anterior e apontado as mudanças ocorridas nas Missões de Paz da Libéria, Serra Leoa e Haiti, esse tópico apontará os sucessos e fracassos dessas missões. Para este fim, será usado a definição da autora Dyan Mazurana (2003), segundo a qual:

Por missão bem-sucedida entende-se aquela em que o mandato da ONU foi cumprido de forma satisfatória, a população local foi empoderada, o sistema legal foi reconstruído, houve a resolução pacífica de controvérsias, houve a assistência à população local para que ela se desenvolva e aquelas operações em que a população civil tem grande proximidade com os peacekeepers.

As missões de paz aqui analisadas ainda não foram finalizadas, portanto será analisado até o momento a partir das informações contidas neste estudo. Além disso, algumas adaptações⁷ serão feitas às caracterizações da autora: 1) em população local empoderada⁸, será considerado especificamente mulheres empoderadas; 2) em sistema legal reconstruído, será considerado o sistema legal reconstruído em que mulheres foram inclusas tanto em sua reconstrução, quanto nas novas leis; 3) em assistência à

⁶ Dados de 2015, Banco Mundial

⁷ O objeto em análise nesse estudo demanda maior especificidade para que seja corretamente analisado. As ideias de Mazurana nos serve como um ótimo ponto de partida, mas precisava ser adaptado.

⁸ Existem diversas definições de empoderamento. Aqui, será considerada a definição do Banco Mundial em que empoderamento “is the expansion of freedom of choice and action. It means increasing one’s authority and control over the resources and decisions that affect one’s life. [...]is the expansion of assets and capabilities of people to participate in, negotiate with, influence, control, and hold accountable institutions that affect their lives.” (CHAPTER 2)

população local para que ela se desenvolva, será considerado especificamente as mulheres; e 4) em operações em que a população civil tem grande proximidade com os peacekeepers, em população, serão consideradas as mulheres e por peacekeepers compreende-se unicamente o contingente militar da missão.

Quanto a mensuração, as missões de paz serão qualificadas nos itens como atingido, parcialmente atingido e não atingido, com posterior explicação. É importante salientar que nos casos de objetivo atingido não significam necessariamente que esse objetivo era ideal e satisfatório de acordo com uma perspectiva feminista.

Quadro 1: Avaliação das missões de paz da ONU de acordo com critérios pré estabelecidos

<i>Missão de paz</i>	<i>Mandato cumprido de maneira satisfatória</i>	<i>População local empoderada</i>	<i>Sistema legal reconstruído</i>	<i>Assistência à população local</i>	<i>Proximidade da população local com peacekeepers</i>
Haiti	Atingido	Parcialmente atingido	Atingido	Parcialmente atingido	Parcialmente atingido
Libéria	Atingido	Atingido	Parcialment e atingido	Atingido	Parcialmente atingido
Serra Leoa	Atingido	Parcialmente atingido	Atingido	Parcialmente atingido	Parcialmente atingido

Fonte: Quadro produzido pela autora

3.4.1 HAITI

Ao observar a missão de paz do Haiti, é possível concluir que o mandato das Nações Unidas número 1542 (UNCS, 2004) foi atingido de maneira satisfatória. A votação unânime no Conselho de Segurança no dia 11 de abril de 2017 para gradualmente diminuir a quantidade de tropas militares no país até que a missão seja finalizada no meio de outubro de 2017, são um sinal de que o entendimento da ONU é de que o mandato foi cumprido e é um sinal de que a comunidade internacional interpreta que o país está se estabilizando após eleições bem-sucedidas. Uma missão de acompanhamento será criada – com um contingente militar menor, passando dos atuais

2370 para 1275 – que continuará treinando a força policial nacional, além de dar suporte ao governo para fortalecer as instituições judiciais e legais, monitorar o cumprimento dos direitos humanos, sua análise e produção de relatórios. (SECURITY COUNCIL PRESS RELEASE CONSTITUTIONAL,2017) Em relatório do Secretário Geral (UNCS/2016/753) a situação do país foi considerada estável, porém frágil devido às incertezas políticas. Também houve o reconhecimento do trabalho de grupos de mulheres que advogaram por melhorar as condições dessas no país.

A resolução de 2004 faz citação direta à Resolução 1325, reconhecendo o papel da mulher e sua inclusão nos processos de construção da paz. O conselho também estressava a importância da inclusão das mulheres no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração além de incentivar a inclusão das mulheres nos processos políticos e na vida política. A resolução aprovada em 2016 continha as mesmas preocupações. (S/RES/2313/2016)

Quanto ao empoderamento das mulheres haitianas, o objetivo foi parcialmente atingido. Os Quick Impact Project citados no capítulo anterior tinham o objetivo empoderar as mulheres haitianas e a criação da clínica da Defesa Civil para receber vítimas de violência baseada em gênero também foi um passo a mais para o empoderamento dessas mulheres. A instituição de quotas no sistema político também é uma maneira de garantir o acesso direto no processo de aplicação da lei. No entanto, não houveram outras mudanças estruturais no país para garantir esse empoderamento. O acesso à educação ainda é um problema agravado com os abusos cometidos dentro do ambiente escolar – as escolas são o segundo lugar mais comum para aproximação física indesejada para garotas entre 13 e 17 anos. (USAID, 2017)

O sistema legal foi reconstruído, com leis mais duras de proteção à mulher, leis sobre tráfico, garantias quanto à herança, acesso ao sistema político e unidades de proteção específicas para as mulheres.

A assistência à população local foi parcialmente atingida. Como descrito no capítulo anterior, as tropas militares da missão de paz tinham um trabalho de proteção dos civis e unidades de polícia específicas para atender vítimas de violência baseada em gênero e abusos sexuais. No entanto, após os desastres naturais que atingiram o país, a capacidade de resposta tanto da polícia nacional quanto dos contingentes militares foi

drasticamente diminuída e os níveis de violência subiram novamente. (UNCS /2004/208). Esse ponto é intimamente ligado com a proximidade da população local com *peacekeepers*, onde dois movimentos opostos ocorreram simultaneamente: de um lado, as mulheres civis passam a confiar mais em especial nas policiais civis e na polícia nacional treinada para lidar com os casos de violência. De outro lado, denúncias de abuso sexual por parte dos *peacekeepers* marcaram a MINUSTAH, enfraquecendo o laço entre civis e militares. Além disso, alegações de que as tropas das Nações Unidas teriam introduzido cólera no país que matou quase 10 mil pessoas dificultou ainda mais essa relação. (ASSOCIATED PRESS, 2017)

3.4.2 LIBÉRIA

Com o objetivo de dar suporte ao acordo de cessar-fogo e ao processo de paz, proteger o staff das Nações Unidas e civis, dar suporte às atividades humanitárias e de direitos humanos e de dar assistência às reformas de segurança nacional, incluindo o treinamento da polícia nacional e a formação de militares reestruturados, a Resolução 1509 (2003) (SECURITY COUNCIL, 2003) das Nações Unidas para a Libéria tem atingido seus objetivos. O relatório do Secretário Geral no fim de 2015 indicava que o país se encontrava estável quanto a situação política – ainda que seja uma estabilidade fraca. O surto de ebola em 2014 e 2015 apresentaram sérios desafios ao país, mas as estruturas políticas foram mantidas. A mobilização das comunidades e sociedade civil foram críticas para combater o surto, e a sociedade civil organizada e líderes comunitários tem mantido diálogo adequado com o governo. (BROOKS, 2016)

O mandato foi estendido até março de 2018, quando todas as atividades da missão de paz serão encerradas. A necessidade de extensão advém da preocupação da atual presidente do país com a estabilidade do país durante as próximas eleições gerais, além da necessidade de promover a reconciliação nacional que não tem sido uma prioridade do governo. (SECURITY COUNCIL, 2015)

Quanto às questões de gênero, com o panorama montado neste estudo, infere-se que o mandato de paz foi satisfatório. A última extensão do mandato (Resolução

2333/2016) enfatizava a implementação da Resolução 1325 e reconhecia a importância do empoderamento de mulheres, a responsabilização de crimes de abuso sexual e violência baseada em gênero, além de incentivar o suporte ao engajamento de mulheres em todos os níveis da tomada de decisão. A resolução também reconhecia a importância das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz. (SECURITY COUNCIL, 2016)

O envio de uma unidade policial composta apenas por mulheres também representa um avanço que é reconhecido. Em nota do Secretário Geral da ONU, a “*all female Formed Police Unit (FPU)*” agiu com profissionalismo, lidando com a criminalidade, violência baseada em gênero e ajudou a reconstruir a confiança com a população. A conduta da FPU “served as an example of how the deployment of more female uniformed personnel can help the United Nations in its efforts to combat sexual exploitation and abuse.” (SECRETARY-GENERAL, 2016)

Quanto ao empoderamento das mulheres, o objetivo foi atingido. 30% dos cargos no nível ministerial são ocupados por mulheres. As mulheres na Libéria também têm movimentos consolidados enquanto sociedade civil e permaneceram ativas mesmo durante guerras civis e além de participarem como observadoras também reforçaram seu papel enquanto negociadoras.

A reconstrução do sistema legal líbero pode ser considerado como um objetivo parcialmente atingido por ainda estar em andamento. Foi criado um comitê de Revisão Constitucional para reavaliar a Constituição de 1986 que promoveu consultas públicas e incluiu diversos setores da sociedade. Grupos de Trabalho específicos para lidar com temas de gênero foram criados. Algumas leis já foram aprovadas, como citado no tópico 3.3.2, o início de uma mudança na estrutura legislativa do país.

A quota de mulheres na política também é uma medida que garante legalmente o acesso de mulheres aos cargos políticos. No entanto, nas eleições de 2005, somente cerca de 14% dos candidatos eram mulher, o que pode conotar que ainda existem outras barreiras para o acesso dessas mulheres. (UN WOMEN, 2005)

A assistência à população local também foi um objetivo atingido, já que era uma das prioridades da resolução aprovada e reforçada pela criação de unidades de acionamento judicial de combate à violência sexual e de gênero além do tribunal do

Ministério da Saúde com serviços psicossociais e comunitários descritos no tópico 2.2.1.

Quanto à proximidade da população local com os indivíduos, o objetivo foi parcialmente atingido: a unidade militar feminina foi a que promoveu maiores avanços nesse quesito. As militares deram aulas de leitura de mapas aos policiais de cargos semelhantes na Polícia Nacional Liberiana, deram aulas de defesa pessoal à mulheres civis, deram aulas sobre HIV/AIDS e violência sexual além de proverem serviços médicos e de terem papel ativo durante a crise de Ebola. (FEATURE, 2016) Por outro lado, houveram denúncias de exploração e abusos sexuais por parte dos peacekeepers. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017)

3.4.3 SERRA LEOA

A resolução 1181 (1998) aprovada pelo Conselho de Segurança tinha como objetivo dar assistência para o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração e auxiliar na implementação do acordo de paz e foi finalizada em 2005 com a aprovação da Resolução 1620 (2005) para auxiliar a consolidação da paz e é considerada bem-sucedida. Eleições locais foram realizadas sem incidentes, o acordo de paz foi assegurado, a polícia local foi reestruturada. O reconhecimento das contribuições das mulheres para a construção da paz demonstra a preocupação em estabelecer uma missão de paz com consciência de gênero. Em relatório do Secretário Geral no fim do mandato da resolução 1181, considerou-se que Serra Leoa estava em uma situação estável para a reconstrução no pós conflito devido a parceria efetiva entre as Nações Unidas, países da sub-região, organizações humanitárias, governo e a sociedade civil. A missão também é considerada bem-sucedida por ter atingido recuperação econômica sustentável nos últimos três anos da missão e construiu relações pacíficas e com múltiplos benefícios com seus vizinhos. (UN DOCUMENTS, 2005)

A Unidade de Suporte à Família é o maior avanço na área de empoderamento das mulheres, que foi um objetivo parcialmente atingido. Junto à polícia, a unidade possibilitava que mulheres vítimas de violência doméstica pudessem registrar ocorrências. O reconhecimento do alto escalão do governo (neste caso do vice-presidente) da importância da igualdade de gênero enquanto um problema de

desenvolvimento nacional indica uma tendência do governo de Serra Leoa em pensar no empoderamento econômico e participação política de mulheres enquanto assuntos de Estado. A inclusão de mulheres nos cargos da Corte Especial de Serra Leoa que julgou os crimes contra civis durante os anos 90 servem como exemplo de participação em contextos mais amplos e fora do papel de vítima ou vulnerável. No entanto, esses parecem ser casos isolados e nenhum comprometimento maior quanto ao empoderamento das mulheres foi feito.

Com um Processo de Revisão Constitucional é possível afirmar que o sistema legal foi reconstruído. Leis de violência doméstica, abusos sexuais, direitos iguais no divórcio e acesso à herança foram aprovadas. Um Comitê Nacional de Violência Baseada em Gênero também foi criado. A National Policy on the Advancement of Women and the National Policy on Gender Mainstreaming – política para guiar o governo quanto à assuntos de igualdade de gênero – também foi adotada em 2009.

A assistência à população local, intimamente ligada à proximidade da população local com *peacekeepers* foi parcialmente atingida em ambos os casos. Com ações similares aos outros dois casos, o contingente militar promoveu treinamentos para a polícia local e Quick Impact Projects (UNITED NATIONS, 2006). Esses dois objetivos pareciam ser secundários nas missões de paz, com pouca informação adicional mesmo nos relatórios do Secretário Geral da ONU.

3.5 CASOS DE ESTUDO À LUZ DA TEORIA FEMINISTA

Ao observar as três missões de paz é possível notar que os cinco itens que definiriam uma missão bem-sucedida foram atingidos ou chegaram muito perto de serem atingidos. No entanto, isso não significa que a igualdade de gênero foi atingida, que o empoderamento feminino foi alcançado ou que as leis promulgadas serão o suficiente para fazer com que esses países atinjam a igualdade entre homens e mulheres ou que essas nações mitigaram desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres.

Ao contrário, os dados contam uma história diferente: o ranking de Human Development Index (HDI, 2017) na dimensão gênero desenvolvido pela United Nations Development Programme coloca as três nações nas últimas posições. O Haiti (167º) saiu da pontuação 0.455 em 2005 para 0.493 em 2015. Uma tímida melhora em

10 anos e que o deixa mais próximo da média de 0.500, mas ainda muito longe da Noruega, por exemplo (em primeiro lugar com 0.949 pontos). A Libéria (177º) saiu de 0.377 em 2005 para 0.427 em 2015 e a Serra Leoa (179º) saiu de 0.348 em 2005 para 0.420 em 2015.

Esse índice leva em consideração diversos sub índices, como porcentagem de mulheres com assentos no parlamento, renda per capita de mulheres, tempo esperado de permanência na escola, taxa de desemprego, população com pelo menos algum tipo de educação secundária, entre outros. Observando alguns desses sub índices, é possível concluir que ainda que nos objetivos citados acima, como em empoderamento da mulher, em que os três países criaram leis específicas para a garantia de uma porcentagem de cargos para mulheres, os números continuam baixos. O Haiti saiu de 9.1% de mulheres em assentos do parlamento em 2005 para 3.5% em 2015. A Libéria, de 11.1% em 2005 para 10.7% em 2015. Serra Leoa saiu de 14.5% em 2005 para 12.4% em 2015. A título de comparação, Ruanda, que no ranking total está em 159º lugar, nesse quesito saiu de 25.7% nos anos 200 para 57.5% de representação, sendo a nação com maior quantidade de mulheres com assentos no parlamento naquele ano. Quando observamos o a porcentagem de mulheres com pelo menos algum tipo de educação secundária entre mulheres de 25 anos ou mais, os dados são ainda piores. No Haiti, 25 % em 2015, na Libéria, 17%, na Serra Leoa, cerca de 17%.⁹

O que os dados relacionados aos três países mostram é o que veio a ser a maior crítica ao movimento feminista liberal: os três países agora possuem leis que protegem a mulher, que garantem seu direito ao voto, à propriedade, leis que a protegem da violência sexual e baseada em gênero e quotas em eleições para garantir representatividade política. As barreiras legais, tecnicamente foram derrubadas, como aponta o feminismo liberal, mas as desigualdades permanecem. A visão estatocêntrica do feminismo liberal se prova insuficiente, já que só a existência de leis não quer dizer que 1) o Estado irá cumpri-las; 2) as outras barreiras serão automaticamente derrubadas.

⁹ Nos três casos, a porcentagem de mulheres com algum tipo de educação secundária com idade de 25 anos ou mais aumentou nos últimos anos. O Haiti possuía 19.7% em 2005, a Libéria 15.4% e a Serra Leoa 9.9%

A outra dimensão do feminismo liberal possivelmente melhoraria esse quadro: o acesso à educação.¹⁰ Na Serra Leoa, o sistema de educação foi brutalmente interrompido pelos 10 anos de guerra. Após sua reconstrução, algumas normas sociais têm prevalecido quando se trata da educação de meninas, como a escolha de ter que mandar um dos filhos para a escola quando se mora em áreas rurais (e na maioria das vezes os pais preferem mandar os filhos homens) e o casamento infantil. Esse segundo problema é também enfrentado na Libéria, junto à gravidez na adolescência. Já no Haiti as meninas costumam ir à escola pelo menos até a educação secundária. No entanto, o trabalho infantil em troca do pagamento das escolas continua sendo um problema grave. Com um panorama da educação tão negativo, o feminismo liberal parece ser difícil de ser alcançado sem as outras dimensões colocadas pelas outras correntes teóricas.

A dimensão econômica tem grande impacto nas relações sociais de gênero, como levantado pela teoria socialista. As frases de Casimiro¹¹ parecem ser sobre os três casos estudados: legalmente, nada impedia que as mulheres acessem à independência econômica, a um emprego assalariado, à educação, à participação na vida política. E legalmente falando, nos três casos, realmente todas as barreiras legais existentes foram derrubadas. Não existem restrições legais em nenhum dos três países para que as mulheres possuam terras, por exemplo. Na Serra Leoa esse impedimento vem de uma lei de costumes, em que boa parte das terras são governadas pelos chamados Chefes Supremos, em sua maioria homens e que nas leis de costumes dessas comunidades não permitem que mulheres herdem terras. No Haiti, as dificuldades vêm dos preços altos para se adquirir uma terra e da maioria das mulheres estarem em relações consensuais não registradas, o que não as permite ter o direito de herança. Na Libéria, pela lei de costume as mulheres só podem ter acesso a terras por meio do marido e por herança.

O acesso aos serviços financeiros também dificulta a independência financeira. Em Serra Leoa, só é possível pedir crédito em bancos se o cidadão possuir uma terra como garantia – o que não é o caso da maioria das mulheres. No Haiti, esse acesso ao crédito é possível e é facilitado, mas em taxas e juros abusivos que dificultam o avanço social das mulheres e a melhoria de suas condições de vida. Na Libéria, o acesso ao

¹⁰ Todos os dados e afirmações dos últimos cinco parágrafos são baseados nos relatórios produzidos pela Gender Index – OCDE (Acessar: <http://www.genderindex.org>)

¹¹ Ver primeiro capítulo

crédito é dificultado com a imposição de taxas de alfabetização e pelo não atingimento de requisitos mínimos.

O feminismo radical nos permite ter uma visão mais ampla das três situações – e da manutenção de um sistema baseado na opressão e violência de gênero. A violência doméstica parece ser um problema estrutural nos três países, unido a violência sexual perpetrada na maior parte dos casos por parceiros que controlam essas mulheres economicamente e mesmo fisicamente. Isso aliados à abusos psicológicos, emocional, verbal e econômico. O estupro também aparece como um instrumento sistemático de intimidação e, portanto, cerceamento da liberdade de ir e vir.

Por fim, o feminismo de Terceiro Mundo ou Pós-colonialista parece ser o mais adequado para explicar a complexidade da situação de maneira simples (por mais contraditório que isso soe): as mulheres nos países subdesenvolvidos tiveram acesso –

isso quando de fato tiveram, já que existem lugares que não tem acesso ao próprio direito nacional do território em que vivem - à Carta de Direitos Humanos muito tempo depois. Nenhum avanço palpável será feito enquanto os direitos mais básicos não forem garantidos nessas sociedades. E o feminismo ocidental, simplista e com recortes específicos não consegue explicar realidades tão complexas em que o cultural, econômico, legal e social se confundem constantemente.

CONCLUSÃO

As missões de paz em que existe a atuação de mulheres – enquanto militares e civis da ONU, agentes estatais dos países receptores da missão de paz e sociedade civil – provoca mudanças no resultado final dessas missões, com reestruturação legislativa e judiciária sensíveis às necessidades específicas da mulher, mudanças na estrutura governamental, ampliação do acesso de populações vulneráveis à direitos básicos e

fortalecimento do debate de gênero nesses países e na comunidade internacional como um todo. No entanto, com o estudo de caso aqui apresentado, é possível concluir que a missão de paz, enquanto um instrumento de manutenção, estabilização e promoção da paz, não consegue por si só estabelecer a igualdade de gênero ou mudar todos os aspectos sociais importantes para alterações profundas nessas sociedades no que se refere à proteção de mulheres, seu empoderamento e sua inclusão em decisões que afetarão o futuro dos seus países.

Isso parece acontecer, em grande parte, pelo objetivo principal dessas missões: estabilização política, manutenção da paz, restauração das instituições governamentais, etc. Mas para além disso, a atuação e influência das missões de paz são limitadas – em última instância, a soberania de um país deve ser respeitada. A vontade do Estado é essencial para mudanças desse porte. Entretanto, as missões de paz parecem ter papel essencial no fortalecimento da sociedade civil organizada. O empoderamento de ativistas feministas e o incentivo a esses movimentos são ações que perdurarão mesmo que essas missões de paz sejam encerradas e que a intervenção internacional não seja mais necessária.

O papel da sociedade civil aparenta ser o mais expressivo e fundamental. Basta observar as ações da Mano River's Network: ações de indivíduos – com apoio internacional - conseguiu criar um movimento forte o suficiente para atingir objetivos que a ONU e o governo não pareciam conseguir. Isso porque quando falamos de indivíduos, estamos falando de pessoas que sofrem diretamente com os conflitos e que conseguem fazer discussões e alcançar lugares que o Estado não consegue. Além disso, o Estado tem obrigação com seus indivíduos que não possui com a comunidade internacional. A sociedade civil é quem controla e monitora a criação e implementação de políticas públicas, quem expressa as necessidades sociais, é o regulador do Estado. As missões de paz que fazem esse tipo de trabalho fortalecem a sociedade civil enquanto membro necessário para a paz sustentável e para o desenvolvimento humano.

As mudanças culturais e sociais também precisam do comprometimento dessa sociedade civil organizada. No fim, quem faz mudanças sociais é a sociedade. Por vezes a lei tem o papel de impulsionar esses avanços, mas em geral isso acontece com a participação, incentivo e estudo de ativistas políticos e sociedade civil organizada que trabalha e lida com temas específicos por muito tempo e que as vezes não entram no

radar do Estado – seja por ignorância, pelos limites do Estado de lidar com todas as demandas populares de uma vez ou por desinteresse.

As mulheres têm a atribuição de colaborar nessa visão mais ampla e inclusiva. Como apontado por teóricas feministas, a visão de mundo feminina é diferente da do homem – não necessariamente de maneira boa ou ruim – pelo lugar social em que essa vive. Todas as pessoas têm histórias de vida e noções de mundo particulares que tornam o mundo um lugar diverso e com possibilidades muito diferentes quanto à solução de problemas e a construção de um mundo mais justo. Quando você adiciona o fator lugar social, essas noções de realidade e contribuições sociais serão ainda mais amplas. O papel das minorias políticas se torna mais valioso. A inclusão de mulheres enquanto negociadoras, pensadoras, políticas e participantes ativas da política internacional é a inovação de uma política que contem falhas e que não tem ouvido o outro lado da história, o lado mais fraco, que sofre diretamente com os erros de cálculos políticos e que tem enxergado esses erros políticos.

Quando se fala de inclusão e empoderamento da mulher, fala-se sobre todas elas, e isso é importante. Mas mais ainda, é importante considerar as interseccionalidades de problemas sociais – a mulher, a mulher pobre, a mulher pobre e negra, a mulher que vive em países subdesenvolvidos, a mulher refugiada, a mulheres homossexual, entre outras variações e junções de dificuldades sociais, econômicas e políticas sofridas no mundo. Essas diferentes mulheres terão perspectivas completamente diferentes. A mulher que sofreu a guerra na Síria pode ter um método e ideia inovadora de como a mulher no Brasil pode combater o machismo. A mulher liberiana tem muito a ensinar sobre ativismo e união entre mulheres. Todos os pequenos sucessos de mulheres que agiram e atingiram objetivos não podem ser considerados como casos isolados, mas como um mecanismo e uma ferramenta a ser adicionada ao hall de possibilidades.

As trocas de experiências em fóruns nacionais, regionais e internacionais possui um papel importante, nesse contexto. Esse estudo mostrou apenas algumas de várias etapas de luta internacional para chegarmos à realidade atual – longe da ideal, mas bastante a frente do ponto em que o cenário internacional se encontrava algum tempo atrás. A ação da WILPF que unida a outras ações nacionais e menores resultou na criação de uma consciência social sobre o papel da mulher na guerra e na paz. As ações das mulheres liberianas enquanto negociadoras dos seus direitos. As ações das mulheres

na Síria, que excluídas dos processos formais encontraram uma maneira de colaborar e construir a paz. Todas essas experiências precisam ser constantemente lembradas e celebradas pois significam que existem outros caminhos.

Os estudos teóricos também precisam se adaptar à essa realidade. As teorias de Relações Internacionais são majoritariamente escritas por homens e não parece ser uma coincidência que o campo de RI seja descrito – a grosso modo – como um campo que estuda a guerra e a paz. No entanto, pensar nas relações entre estados como relações baseadas nesses dois termos tem se mostrado insuficientes. As contribuições de mulheres, de países subdesenvolvidos, negros, refugiados, transexuais e todas as outras minorias precisam ser incentivadas, estudadas e consideradas ao se estudar o cenário internacional (especialmente o campo de Segurança Internacional que parece ser ainda mais direcionado à experiência masculina). O lugar de fala e vocalização desses indivíduos podem contribuir para uma nova visão de mundo. O mesmo acontece nas teorias feministas – em aspecto diferente. As teorias consideradas mais relevantes são em grande parte experiências da Europa e Estados Unidos, quando temos grandes talentos e reflexões na América Latina e na África.

Por fim, o Brasil parece ter uma janela de oportunidade interessante. O Brasil é internacionalmente reconhecido pela sua neutralidade e pelo excelente nível de preparação em missões de paz. A presença de negociadores brasileiros tem sido procurada e incentivada nos órgãos da ONU. O sucesso da missão de paz do Haiti é em grande parte atribuído a participação brasileira. As ações aqui citadas do exército brasileiro enquanto no Haiti poderiam fazer parte do *modus operandi* de missões de paz, tamanho o impacto que terão. O Brasil, sendo ator tão importante em manutenções de paz poderia adotar uma visão de gênero em suas ações. Existem argumentos e provas documentais o suficiente para comprovar que isso já foi feito antes de maneira satisfatória pelo Brasil. Incentivar esse tipo de ação e adotar isso como uma característica da política externa brasileira seria inovar no cenário internacional em um ambiente que, ao que tudo indica, se importará cada vez mais com as questões de gênero e com a importância da mulher enquanto ator internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEBAJO apud ESTEVES, Paulo; SOUZA, Letícia Carvalho de. A Libéria e a construção do nexos entre segurança e desenvolvimento. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 22-45, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out. 2016

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Dossiê o gênero da política: feminismo, estado e eleições**. *Caderno Pagu*. v. 43, p.

13-56, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

ALVAREZ, Sonia E. et al. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19138.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

ALVES, José Hermínio Estevão. **A mulher e as forças armadas portuguesas**.1999. Disponível em:
http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf. Acesso em: 17/04/2016

ANDERLINI, Sanam Naraghi. **Women Building Peace: What They Do, Why It Matters**. Boulder, Colorado (EUA): Lynne Rienner Publishers, 2007 p. 54, 192

ASSOCIATED PRESS. U.N. votes to end Haiti peacekeeping mission in October. **LA Times**, New York, 13 abr. 2017. ., p. 1. Disponível em:<<http://www.latimes.com/world/la-fg-haiti-un-mission-20170413-story.html>>. Acesso em: 13 maio 2017.

AZEVEDO, Fernanda Ribeiro de. **A Violência Sexual Contra a Mulher e o Direito Internacional**. 2015. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/wp-content/uploads/2014/05/A-Viol%C3%Aancia-Sexual-Contra-a-Mulher-e-o-Direito-Internacional.pdf>. Acesso em: 17/04/2016

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018/25791>>. Acesso em: 26 set. 2016.

BELL, Christine. **Text and Context: Evaluating Peace Agreements for their ‘Gender Perspective’**. Edinburgh: Psrp, 2015. 23 p. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08992e5274a31e000015c/61540-Text-and-Context-11-October-2015.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

BEKOE, Dorina e PARAJON, Christina . **Women’s Role in Liberia’s Reconstruction**. Disponível em:<<http://www.usip.org/publications/women-s-role-in-liberia-s-reconstruction>>. Acesso em: 14 out. 2016.

BERG, A; BJARNEGÅRD, E; UPPSALA UNIVERSITET, Hv. **Dissecting Gender Imbalance: A Horizontal Perspective on When Risk Matters for the Assignment of Women to UN Peacekeeping Missions**. Res Militaris. 2016.

BLECKNER, J. **From Rhetoric to Reality: A Pragmatic Analysis of the Integration of Women into UN Peacekeeping Operations**. Journal of International Peacekeeping. 17, 3/4, 337-360, Sept. 2013.

BROOKS, Joel Cholo. **As 2017 Approaches: Security Council Extends Liberia Deployment.** Global news network Liberia, Libéria, 26 dez. 2016. ., p. 1. Disponível em: <<http://gnnliberia.com/2016/12/27/2017-approaches-security-council-extends-liberia-deployment/>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BROWN, RL. **Would more female soldiers improve UN peacekeeping missions?.** 2015. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/Africa/2015/0921/Would-more-female-soldiers-improve-UN-peacekeeping-missions>. Acesso em: 17/04/2016

CAMPBELL, Chris. Mary Wollstonecraft, founder of classical liberal feminism. **Laissez Faire.** [S.l.] Dec, 2010. Disponível em: <<https://lfb.org/mary-wollstonecraft-founder-of-classical-liberal-feminism/>>. Acesso em: 05 Mai. 2017

CASIMIRO, Isabel Maria. Paz na Terra, **Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique.** ., Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco: Editora da UFPE, 2014. 376pp.

CHOWDHURY, Anwarul K. . **10 years on, the promises to women need to be kept.** Disponível em:<<http://www.nato.int/docu/review/2010/Women-Security/Women-resolution-1325/EN/index.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017.

COOPER, Helene. **Iron Lady: The Promise of Liberia's Ellen Johnson Sirleaf.** World Affairs Journal. Nov. Dez., 2010. Disponível em: <<http://www.worldaffairsjournal.org/article/iron-lady-promise-liberias-ellen-johnson-sirleaf>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

DEVI, Upala et al. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010.** UNFPA, 2010. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/swop2010/links/PT-SWOP2010-web.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating.** Nova York: Plume, 1974.

ELSHTAIN J.B. **Women and War.** Chicago, III.: University of Chicago Press. 1987

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches & bases: making feminist sense of international politics.** Berkeley: University of California Press. 1990.

FEATURE: Hailed as ‘role models,’ all-female Indian police unit departs UN mission in Liberia. **UN News Centre**, [S.l.], 12 fev. 2016. ., p. 1. Disponível em: <https://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53218#.WReZ_uUrLIV>. Acesso em: 13 maio 2017.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 23, p. 340-353, Abr. 2010 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 21 /04/2016.

GATTEN, Emma. **Syria conflict**: With the men away fighting, women take the mantle of community leaders in Lebanon's refugee camps. *The Independent*, 09 maio. 2015. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/syria-conflict-with-the-men-away-fighting-women-take-the-mantle-of-community-leaders-in-lebanons-10238891.html>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

GENDER INDEX. Sierra Leone. **Social Institutions & Gender Index**. Serra Leão, 2014. Disponível em: <<http://www.genderindex.org/sites/default/files/datasheets/SL.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover gênero e consolidar a paz::** A experiência brasileira . 9. ed. Rio De Janeiro : Igarapé publicações, 2014. Disponível em <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-9-Promover-G%C3%AAnero-e-Paz-web3.pdf>. Acesso em: 16/10/2016

GSSR TRAINING. The Liberian National Police's female recruitment programme. **Training Resources on Police Reform and Gender**. Liberia, 2009. Disponível em: <http://www.gssrtraining.ch/images/stories/PDF/police/example%20_Liberia.pdf>. Acesso em: 8 maio. 2017.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7, jan. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>>. Acesso em: 26 set. 2016.

HDR. Human Development Data (1990-2015). **Human Development Reports**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Syria**: Detention and Abuse of Female Activists. Nova Iorque, 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2013/06/24/syria-detention-and-abuse-female-activists>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. UN: Stop Sexual Abuse by Peacekeepers. **Human Rights Watch**. 4 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2016/03/04/un-stop-sexual-abuse-peacekeepers>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

INCLUSIVE PEACE. **Making women count - not just counting women**: assessing women's inclusion and influence on peace negotiations. Disponível em: <<http://www.inclusivepeace.org/sites/default/files/IPTI-UN-Women-Report-Making-Women-Count-60-Pages.pdf>>. Acesso em: 8 maio. 2017

ISSIFU, AK. **The role of African women in post-conflict peacebuilding: the case of Rwanda**. *Journal of Pan African Studies*. 9, 63, 2015

JACOBI, Emily. **Women in Haiti**. United States Institute of Peace. Estados Unidos, 2011. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/women-in-haiti>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

JOHNSON, SA. **Women, Shared Leadership, and Policy: The Mano River Women's Peace Network Case Study**. Journal of Pan African Studies. 4, 8, 59-73, Dec. 2011.

KLOT, Jennifer F.. **Women and Peacebuilding** . 2007. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf. Acesso em: 17/04/2016

KOFAVIV. **Femme et filles pour la reconstruction d'Haiti: Atelier sur les Réformes Juridiques: Opportunités pour Renforcer les Recours et les réponses à la violence sexuelle em Haiti selon l'Avant-Projet de la Réforme du Code Pénal**. 6 fev. 2013. Disponível em: <https://www.madre.org/sites/default/files/PDFs/FEB%20REPORTBACK%209.1.13%20for%20web.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2017.

LIBERIA. National Gender Policy (2009). **Sierra Leone Steps It Up for Gender Equality**. Libéria: [s.n.], 2009. 1 p. Disponível em: http://www.africanchildforum.org/clr/policy%20per%20country/liberia/liberia_gender_2009_en.pdf. Acesso em: 13 maio 2017.

MAZURANA, Dyan. **"Do Women Matter in Peacekeeping? Women in Police, Military and Civilian Peacekeeping"**. *Canadian Woman Studies*, v. 22, n. 2, p. 64-71, 2003.

MENDES, Macêdo Marina. **Gênero e Relações internacionais: a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira**. Brasília. 2011. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1997/1/2011_MarinaMacedoMendes.pdf

MINUSTAH **Background**: United Nations Stabilization Mission in Haiti. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>. Acesso em: 08 maio. 2017.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 59-80, Apr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Set. 2016.

MOORE, C; TALARICO, T. **Inclusion to exclusion: women in Syria**. Emory International Law Review. 30, 2, 213-260, Dec. 2015.

MORRIS, C. **Peacekeeping and the Sexual Exploitation of Women and Girls in Post-Conflict Societies: A Serious Enigma to Establishing the Rule of Law**. Journal of International Peacekeeping. 14, 1/2, 184-212, Feb. 2010.

NONVIOLENT ACTION DATABASE. **Liberian women act to end civil war**, 2003. Libéria, abr. dez., 2003. Disponível em: <http://nvdatabase.swarthmore.edu/content/liberian-women-act-end-civil-war-2003>. Acesso em: 08 maio. 2017.

REBELO, T. R. **Lentes de gênero para as missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PALMER, Clarissa. **Olympe de Gouges**. Disponível em: <<http://www.olympedegouges.eu/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

PEACEWOMEN, Team. **If not now, when**: Addressing gender-based violence refugee, internally displaced, and post-conflict setting. New York. 14 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/e-news/if-not-now-when-addressing-gender-based-violence-refugee-internally-displaced-and-post>>. Acesso em: 13 maio 2017.

PETERSON, V. Spike; RUNYAN, Anne Sisson. **Global Gender Issues**. Dilemmas in World Politics Series, 2nd Edition, Boulder, CO: Westview Press, 1999.

PRATT, Nicola ; RICHTER-DEVROE, Sophie . **Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security**. International Feminist Journal of Politics. Warwick, 2011. 489-503 p. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/assets/file/pratt_richter-devroe_-_critically_examining_unscr_1325_on_women_peace_and_security.pdf>. Acesso em: 2 Mai. 2017.

PRECAUTIONARY Measures. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/decisions/precautionary.asp>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SALBI, Zainab . **Mulheres, tempo de guerra e o sonho da paz**. Jul. 2010. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/zainab_salbi?language=pt-br>. Acesso em: 13 maio 2017.

SECURITY COUNCIL. UN Security Council working methods: Arria-formula meetings. **Security Council Report**. Out, 2002 Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/un-security-council-working-methods/arria-formula-meetings.php>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

SECURITY COUNCIL Resolution 1509 . Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Liberia%20SRes1509.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SECURITY COUNCIL, UN . **Twenty-ninth progress report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Liberia** . 23, abr, 2015 Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/275>. Acesso em: 13 maio 2017.

SECURITY COUNCIL, UN . **Security Council Extends Mandate of United Nations Mission in Liberia, Adopting Resolution 2333 (2016) by 12 Votes in Favour, 3 Abstentions**. 23, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2016/sc12654.doc.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SECURITY COUNCIL PRESS RELEASE CONSTITUTIONAL **Order Restored in Haiti, Special Representative Tells Security Council, Calling for Gradual Drawdown of United Nations Mission.** Disponível

em: <<https://www.un.org/press/en/2017/sc12789.doc.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SECRETARY-GENERAL, UN . **Statement attributable to the Spokesman for the Secretary-General on the departure of the all-female Formed Police Unit from Liberia.** New York. 12 fev. 2016 Disponível

em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2016-02-12/statement-attributable-spokesman-secretary-general-departure-all>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SGI. **Unleashing the Power of Women:** Interview with Leymah Gbowee. Disponível em:

<<http://commonthreads.sgi.org/post/123087248778/unleashing-the-power-of-women>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SIERRA Leone Steps It Up for Gender Equality. **UN Women in Africa**, [S.l.], 06 mar. 2017. -, p. 1. Disponível em:<<http://africa.unwomen.org/en/news-and-events/stories/2017/02/sierra-leone-steps-it-up-for-gender-equality>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SYLVESTER, Christine. **Feminist international relations: an unfinished journey.** 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2004 p. 04

TAMYA ROCHA, R. **O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 3, 817, 2013.

TEODORO, Maria Cecília Máximo (Org) et al. **Violência de Gênero nos Conflitos Armados do Século XXI:** Uma Análise do Direito Internacional Vigente e do Tribunal Penal Internacional. Ministério da Defesa. Minas Gerais, 2015. 08 p. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/violencia_de_genero.pdf>. Acesso em: 2 Mai. 2017.

THE WOMEN'S Rights Movement, 1848–1920. Disponível em: <<http://history.house.gov/Exhibitions-and-Publications/WIC/Historical-Essays/No-Lady/Womens-Rights/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

TICKNER, J. Ann. **‘You Just Don’t Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists’.** International Studies Quarterly, 41, n°4, dec-1997. (p. 614)

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** Nova York: Columbia University Press, 1992. P. 3

TORRECILLA, Maria Fanlo ; BIOSCA, Elena Grau ; CARTES, Sabina Puig. **The international agenda on women, peace and security:** a review of the first 15 years of resolution 1325 and proposals for action in Catalonia . Institut Catala Internacional. Barcelona, 2016. 06 p. Disponível em: <<http://icip.gencat.cat/web/.content/continguts/publicacions/policypapers/2016/PolicyPa>>

per13_ENG.pdf>. Acesso em: 2 Mai. 2017.

UN FOUNDATION. **key Dates in International Women's History**. Disponível em: <<http://www.unfoundation.org/assets/pdf/key-dates-in-international-womens-history.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

UNAMSIL: United Nations in Sierra Leone. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unamsil/>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNITED NATIONS. Major Peacekeeping Operations. **Year In Review 2005**, p. 3-17, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/publications/yir/2005/PDFs/major_pk_operations.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNITED NATIONS. **Final Communiqué**. Action Group for Syria. 30 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/News/dh/infocus/Syria/FinalCommuniqueActionGroupforSyria.pdf>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

UNITED NATIONS. Working Methods Handbook: Background note on the "arria-formula" meetings of the Security Council members. **United Nations Security Council**. 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/about/methods/arriaformula.shtml>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNITED NATIONS. Draft declaration: Women's economic empowerment for peacebuilding. **General Assembly Security Council**. 20 set. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/women_economic_empowerment_draft_declaration.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNCS. Resolution 1542 (2004). **United Nations – Security Council**. 30 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNCS. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. **United Nations – Security Council**. 18 nov. 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/908>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNCS Report of the Secretary-General on women and Peace and security. **United Nations – Security Council**. 16 set. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/716>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNCS Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. **United Nations – Security Council**. 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://undocs.org/S/2016/753>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNDP/SL. Draft country programme document for Sierra Leone (2015-18). **Executive Board of the United Nations Development Programme and of the United Nations Population Fund.** Abr. 2014. Disponível em: <http://www.sl.undp.org/content/sierraleone/en/home/operations/legal_framework/_jcr_content/centerparsys/download_9/file.res/Sierra%20Leone%20CPD%2014%20May%202014%20.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UNITED NATIONS NEWS. **Hailed as ‘role models,’** all-female Indian police unit departs UN mission in Liberia. Liberia, 12 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53218#.WAFKQY-AOko>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

UNMIL Background: 1989 – 1997. **United Nations Mission in Liberia.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmil/background.shtml>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UN DOCUMENTS. Twenty-seventh report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Sierra Leone. **United Nations – Security Council.** 12 dez. 2005. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/630/47/PDF/N0563047.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UN WOMEN. Facts and Figures on Women, Peace and Security. **United Nations Department of Public Information—DPI.** Nov. 2005. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/ianwge/taskforces/wps/WPS_Facts.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2017.

UN WOMEN. Country report by Sierra Leone on Implementation of the Beijing Platform for Action (1995) and the Outcome of the Twenty-Third Special Session of the General Assembly (2000). **Government of Sierra Leone.** Jun. 2014. Disponível em: <http://www.unwomen.org/~media/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/59/National_reviews/Sierra_Leone_review_Beijing20.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

UN WOMEN. Timeline: 15 years of women, peace and security. **UN Women – Headquarters.** 07 out. 2016. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2015/10/timeline-15-years-women-peace-security>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

USAID. Gender equity and women's empowerment. **U.S. Agency for International Development.** 23 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/haiti/gender-equity-and-womens-empowerment>>. Acesso em: 08 maio. 2017.

USAID HAITI **Women & Gender:** Fact sheet. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/FINAL_Women_and_Gender_Fact_Sheet_March_2017.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

USIP, . **Sierra Leone NAP body.** Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/Gender/Sierra_Leone_NAP_Body.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

VIJAYKUMAR, Dimple. **Global development professionals network: 'I couldn't sit and do nothing': the women saving lives in Syria.** The Guardian, 04 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/feb/04/women-syria-civil-defence-rescue-workers>>. Acesso em: 08 maio. 2017

VOA NEWS. **Liberia Passes Law to Create Seats in Parliament for Women..** Dakar, 30 set. 2016. Disponível em: <<http://www.voanews.com/a/liberia-passes-law-to-create-seats-in-parliament-for-women/3532376.html>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

WATSON, Leon. **The women of war: Syria's all-female battalion fighting on the front line against President Assad's government forces.** Mail Online. Síria, 20 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2296588/The-women-war-Syrias-female-battalion-fighting-line-President-Assads-government-forces.html>>

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations.** Londres: Macmillan Press, 1994.

WILPF, PeaceWomen. **The Women's International League for Peace and Freedom presents:** Report on the 15th Anniversary of United Nations Security Resolution 1325. 19 nov. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/wilpf/docs/wilpfctoctor2015report_final>. Acesso em: 13 maio 2017.

WORLD BANK. Chapter 2. What is empowerment?. World Bank. 14 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095094954594/draft2.pdf>>. Acesso em: 7 Mai. 2017.